



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ARTE,  
CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA**

**O SANGUE DO OUTRO COMO INSTRUMENTO NA INVENÇÃO DA IDENTIDADE  
NACIONAL:  
ESTADO-NAÇÃO, MASSACRES INDÍGENAS E PLANO COLÔMBIA SOB A ÓTICA  
DECOLONIAL NOS TERRITÓRIOS DA REGIÃO DO CAUCA COLOMBIANO NO  
SÉCULO XX**

**CAUÊ ALMEIDA GALVÃO**

Foz do Iguaçu  
2016

**O SANGUE DO OUTRO COMO INSTRUMENTO NA INVENÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL:**

**ESTADO-NAÇÃO, MASSACRES INDÍGENAS E PLANO COLÔMBIA SOB A ÓTICA DECOLONIAL NOS TERRITÓRIOS DA REGIÃO DO CAUCA COLOMBIANO NO SÉCULO XX**

**CAUÊ ALMEIDA GALVÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientador: Prof. Dr. Gerson Galo Ledezma Meneses

Foz do Iguaçu  
2016

CAUÊ ALMEIDA GALVÃO

**O SANGUE DO OUTRO COMO INSTRUMENTO NA INVENÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL:**

ESTADO-NAÇÃO, MASSACRES INDÍGENAS E PLANO COLÔMBIA SOB A ÓTICA DECOLONIAL NOS TERRITÓRIOS DA REGIÃO DO CAUCA COLOMBIANO NO SÉCULO XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Prof. Dr. Gérson Galo Ledezma Meneses  
UNILA

---

Prof. Dr Samuel Quintero Oliveros  
Universidad de Holguín (Cuba) /UNILA

---

Prof. Ms. Cleusa Gomes Silva  
UNILA

Foz do Iguaçu, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Dedico este trabalho a meus filhos Gabriel e Heitor, a minha mãe Rita, que sempre me apoiou a investigar até a própria sombra e sempre duvidar de tudo e de todos, a meu pai Luís pelo apoio tardio, porém providencial, à Tatiana Pérez pelo apoio imprescindível e valioso, à Raquel pela amizade e confiança, a Cannabis, minha intensa companheira de vida, trabalho, pensamento e debates que tanto colaboraram para essa produção, assim como os amigos e irmãos na vivência da caminhada unileira e natalense e pelo caminhar em Latinoamérica.

Arriba los que luchan!  
PRESENTE los que cayeron!

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a muitas pessoas que passaram pela minha vida e contribuíram, substancialmente, para que eu pudesse chegar até aqui. Infelizmente, minha memória cannabista nem sempre funciona bem e é possível que me esqueça de fazer menção, todavia... em minha história pessoal e memória seguem constituídos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha mãe, Rita Almeida, por sempre me ensinar o valor de ser livre e não ter raízes fixas, esses ensinamentos hoje me fazem ver e pensar o mundo desde o meu mundo, a América Latina. Além disso, te agradeço por enfrentar os inúmeros problemas que vivemos em nossas vidas, em que sempre você colocou eu e o Yori à frente de tudo e de todos. Defino você como a minha guerreira, aquela pela qual tenho orgulho de ter uma tatuagem em que se lê “Amor verdadeiro, amor eterno”, de fato, o único.

A meu pai, Luis Galvão, por seu apoio tardio, porém providencial no meu processo de formação e que, conseqüentemente, desemboca neste trabalho. Meu irmão, Luís Yori, que apesar de sermos extremamente distintos, sempre nos momentos difíceis vemos que só temos a nós mesmos para seguir a vida, quando não mais tivermos nossos aportes familiares.

Adentrando aos agradecimentos profissionais e acadêmicos, gostaria de agradecer primeiramente à Raquel Sousa, minha companheira de turma e colaboradora nas entrevistas deste trabalho. Que utilizou seu tempo de estudo em Popayán, Colômbia, para entrevistar os colaboradores, aqui apresentados. Agradeço-te não só pelas entrevistas, mas pela amizade, pelas nossas conversas, pelos nossos vínculos e afetos, te agradeço boe. Também agradeço aos meus amigos de academia em História - América Latina da UNILA, Matías Maximiliano, Lucas Nahuel, Angélica Pereira, Rafael Clabonde, Jeferson Vaz, Olívia Saracho, Pedro Iago, Ana Alcântara, Marcella Vieira, Márcio Silva, Vitor Zoing, Aline Silva e outros que tenha esquecido pelas conversas, pelos becks, pelas risadas, pelas tretas com professores e por, ao fim de tudo isso, perceber que nós é que somos a verdadeira educação que se constrói dentro dessa e de qualquer outra universidade.

Agradeço aos amigos da UNILA em geral, Tatiana Pérez, Mariana Oliveira, Maísa Melara por seu companheirismo, Indi Suanne, Camila Vital, Lílian Alcântara, Atilon, Ángel Saenz, Lucas Brunini, Victor Pacheco Garrido, Alesson Ferreira, Nicole Nico, Talita Ferraro, Wara Palacios, Carlos Arenhardt, Karen Bombom Pozo, Profa Lívía Morales, Profa Jorgelina Tallei, Profa Cleusa Gomes, Profa Rosângela Silva, Prof Samuel Quinteros, Prof Pedro Cristóvão, Profa Mírian Santos, Profa Tereza Spyer e outros. DANTO PRESENTE! MARTINA PRESENTE! SANTIAGO PRESENTE!

Agradeço, em especial, ao Professor Gerson Galo Ledezma Meneses, pela oportunidade de me orientar e dar uma amplitude do que é a colonialidade e a decolonialidade, assim como, uma mirada sobre o mundo desde a visão de um indígena colombiano caucano, obrigado a sair de seu território por defender os direitos indígenas e confrontar o Estado e o grande capital. Você é e foi o meu exemplo de inspiração para retratar cada história aqui proposta, pois o sangue do outro segue escorrendo e resistir é algo que está em nós, latinoamericanos, seja escrevendo como o meu caso, seja vivendo e escrevendo como é o seu. Um grande abraço, com muito afeto.

Gostaria também de agradecer aos companheiros de trabalho do cursinho popular da, em que atuei dando aulas de História desde 2014, em especial Pedro Silva, Luiz Dzierva, Carol Correa e Daiane Santos, que compusemos as disciplinas de História e Geografia, desde então.

Assim como gostaria de agradecer aos amigos Fran Rebelato, Fran Farias, Stephane Nascimento, Juliana Adlyn, Caique Guedes, Idege Aimable, Lourdy Régis, Einer Cabarcas,

Alana Ortiz, Adolfo Delvale e Anita Delvale do Programa de Educação Tutorial (PET) - Conexões de Saberes da UNILA, pelos encontros e atividades realizados coletivamente.

Também quero agradecer aos amigos de Natal, e da UFRN, em especial, Cláudia do Vale, Dayane Ponciano, Juliana Leite, Isabela Bentes, Ivan Belinky, Renato Galdino, Valtércio Moreira, Alessandra Oliveira, Débora Sá, Nathália Guimarães, Paula Gomes, Halysson Oliveira, Sandra Erickson, Braulino Alves, Daniel Oliveira, Prof<sup>a</sup> Maria Emília Monteiro Porto, Prof<sup>a</sup> Raimundo Nonato, Prof<sup>o</sup> Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Prof<sup>o</sup> Sebastião Vargas Netto, Prof<sup>o</sup> Lúcio Maia, Prof<sup>o</sup> Maria da Conceição de Almeida, que foram tão importantes na minha formação e aprendizagem da História clássica, antes de me atrever a aprofundar nuestra latinoamérica.

*“Característica general, alegría total  
Invisibilidad nacional e internacional  
Auto-discriminación sin razón  
Racismo inminente, mucha corrupción  
Monte culebra  
Máquina de guerra  
Desplazamientos por intereses en la tierra  
Su tienda de pescado  
Agua por todo lado  
Se represa  
Que ni el discovery ha explotado”  
(ChocQuibTown)*

*“Ya sé que no vendrá,  
Nadie te va enseñar  
Lo que estar así  
Que en esa soledad  
Enfrentar la verdad  
Es casi como huir”.  
(Bomba Estéreo)*

*“Si quieres cambio verdadero  
pues, camina distinto. ”  
(Calle 13)*

GALVÃO, Cauê Almeida. **O sangue do outro como invenção da identidade nacional: Estado-nação, massacres indígenas e Plano Colômbia sob ótica decolonial nos territórios da região do Cauca colombiano no século XX.** 2016. 80p. Trabalho de Conclusão de Curso (História-América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

## RESUMO

Delineia as estruturas de poder do Estado e das políticas internacionais relacionadas à zona latinoamericana, especificamente na zona colombiana, em relação à violência dos massacres direcionados aos povos indígenas, especificamente da região do Cauca. A identificação dos massacres e deslocamentos forçados requer uma compreensão basilar das estruturas consolidadas da conquista-colonização, bem como no caso colombiano, o surgimento do paramilitarismo e o combate ao narcotráfico. Objetiva analisar os processos históricos da violência colombiana no século XX, atendo-se aos massacres e deslocamentos forçados na região de Cauca, Colômbia, caracterizar tais processos, sob a visão eurocêntrica da modernidad-colonialidad, identificar os discursos de construção dos Estados-nacionais e forjamento das identidades nacionais sob a perspectiva indígena, descrever os dispositivos de controle e colonialidade do Estado-nacional observados e contribuir para o desenvolvimento de uma coletivização das memórias, como forma de resistência aos processos de repressão estatais e paraestatais. Trata-se de abordagem qualitativa, sob a perspectiva etnográfica, instrumentalizada por pesquisa documental, observações e entrevistas, sob a perspectiva dos agentes da organização indígena Consejo Regional Indígena el Cauca (CRIC). Constatou-se, por meio das narrativas e em consonância de evidências, que a diligência principal do CRIC é, nos dias atuais, a implementação das diretrizes aprovadas na Constituição colombiana de 1991 e, conseqüentemente, obter do Estado o respeito legal aos territórios e as decisões autônomas dos indígenas nos mesmos. Concomitantemente, emergem a tentativa de apagamento/desconstrução da história dos povos, a imposição da mimetização eurocentrada da história e a colonialidade dos poderes, demonstrando que os dispositivos de poder não foram, não são e nunca serão democráticos.

**Palavras-chave:** Colonialidade. Identidade Nacional. Plano Colômbia. Povos Indígenas.



GALVÃO, Cauê Almeida. **La sangre del otro como instrumento en la invención de la identidad nacional:** Estado-nación, masacres indígenas y Plan Colombia sob la mirada decolonial en los territorios de la región del Cauca colombiano en el siglo XX. 2016. 80p. Trabajo de Conclusión de Curso (Historia – América Latina) – Universidad Federal de la Integración Latinoamericana, Foz do Iguaçu, 2016.

## RESUMEN

Delinea las estructuras de poder del Estado y de las políticas internacionales relacionadas a la zona latinoamericana, especialmente en la zona colombiana, con relación a la violencia de las masacres direccionadas a los pueblos indígenas, específicamente de la región del Cauca. La identificación de las estructuras consolidadas de conquista-colonización, así como en el caso colombiano, el surgimiento del paramilitarismo y la lucha contra el narcotráfico. El objetivo es analizar los procesos históricos de la violencia colombiana al largo del siglo XX, como las masacres y los desplazamientos forzados en la región del Cauca, Colombia, caracterizar tales procesos, sobre la visión eurocéntrica de la modernidad-colonialidad, identidades nacionales sob la perspectiva indígena, describir los dispositivos de control y colonialidad del Estado-nación observados y contribuir al desarrollo de una colectivización de las memorias, como una posibilidad de resistencia a los procesos de represión estatales y paraestatales. Se trata de una abordaje cualitativa, sobre la perspectiva de los agentes de la organización indígena Consejo Regional Indígena el Cauca (CRIC). Se constató, por medio de las narrativas y en línea de evidencia, que la diligencia principal del CRIC es, en los días actuales, la implementación de las directrices aprobadas en la Constitución colombiana de 1991 y, consecuentemente, obtener del Estado el respeto legal a los territorios y las decisiones autónomas de los indígenas en los mismos. De forma concomitante, surge el intento de borradura/deconstrucción de la historia de los pueblos, la imposición de la mimetización eurocentrada de la historia y la colonialidad de los poderes, lo que demuestra que los dispositivos del poder no fueron, ni son y jamás serán democráticos.

**Palavras-chave:** Colonialidad. Identidad Nacional. Plan Colombia. Pueblos Indígenas.

GALVÃO, Cauê Almeida. **The blood of the other as the invention of national identity: nation-state, indigenous massacres and Plan Colombia under decolonial perspective in the territories of the Colombian Cauca region in the 20th century.** 2016. 80p. Final Course Assignment (History-Latin America) – Federal University of Latin American Integration, Foz do Iguaçu, 2016.

### **ABSTRACT**

It outlines the state power structures and international policies related to the Latin American zone, specifically in the Colombian zone, in relation to the violence of the massacres directed at the indigenous peoples, specifically in the Cauca region. The identification of massacres and forced displacements requires a basic understanding of the consolidated structures of conquest-colonization, as well as in the Colombian case, the emergence of paramilitarism and the fight against drug trafficking. The objective of this study is to analyze the historical processes of Colombian violence in the twentieth century, in order to characterize these processes, under the Eurocentric vision of modernity-coloniality, to identify the construction discourses of national states and forging the national identities from the indigenous perspective, describing the observed control mechanisms and coloniality of the national state, and contributing to the development of a collectivization of memories as a form of resistance to state and parastatal repression processes. It is a qualitative approach, from the ethnographic perspective, instrumented by documentary research, observations and interviews, from the perspective of the participants of the Regional Indigenous Council of Cauca (CRIC). Through the narratives and in consonance with evidence, it was verified that the CRIC's main task today is to implement the guidelines approved in the 1991 Colombian Constitution and, consequently, to obtain from the State legal respect for the territories and autonomous decisions of indigenous people in them. At the same time, the attempt to erase / deconstruct the history of the peoples, the imposition of the eurocentric mimicry of history, and the coloniality of powers emerge, demonstrating that the mechanisms of power were not, are not and will never be democratic.

**Keywords:** Coloniality. National Identity. Plan Colombia. Indigenous Peoples.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

<b>Figura 1 -</b>	Violência política contra povos indígenas, por município (1974-1981)	<b>24</b>
<b>Figura 2 -</b>	Estrutura política oficial do CRIC	<b>37</b>
<b>Figura 3 -</b>	Articulações indispensáveis – <i>Programa Mujer</i>	<b>40</b>
<b>Figura 4 -</b>	Programa de Autonomia alimentar	<b>42</b>
<b>Figura 5 -</b>	Síntese das questões de pesquisa	<b>52</b>
<b>Figura 6 -</b>	Primeira Questão	<b>53</b>
<b>Figura 7 -</b>	Segunda Questão	<b>55</b>
<b>Figura 8 -</b>	Terceira Questão	<b>58</b>
<b>Figura 9 -</b>	Quarta Questão	<b>60</b>
<b>Figura 10 -</b>	Quinta Questão	<b>63</b>
<b>Figura 11 -</b>	Sexta Questão	<b>64</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 -</b> Associações representantes das zonas indígenas	<b>38</b>
--	-----------

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AUC	<i>Autodefensas Unidas de Colombia</i>
CENCOIC	<i>Central Cooperativa Indígena del Cauca</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CRIC	<i>Consejo Regional Indígena del Cauca</i>
DEA	<i>Drug Enforcement Administration</i>
DNP	<i>Departamento Nacional de Planeación</i>
ELN	<i>Ejército de Liberación Nacional</i>
FARC-EP	<i>Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia–Ejército del Pueblo</i>
ILAACH	<i>Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História</i>
IWGIA	<i>International Work Group for Indigenous Affairs</i>
TLC	<i>Tratado de Livre Comércio</i>
UAIIN	<i>Universidad Autónoma Indígena Intercultural</i>
UNILA	<i>Universidade Federal da Integração Latino-Americana</i>
WHINSEC	<i>Western Hemisphere Institute For Security Cooperation</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA DO SÉCULO XX: PERSPECTIVA INDÍGENA.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>O INDÍGENA COMO ESCUDO: O CASO DE NAYA E AS RELAÇÕES DO ESTADO COM O PARAMILITARISMO.....</b>	<b>32</b>
<b>4</b>	<b>RESISTIR PARA EXISTIR: UNA MIRADA ADELANTE DEL CRIC...</b>	<b>35</b>
<b>5</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>50</b>
5.1	ANÁLISE E APRECIACÕES.....	52
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os processos de construção históricos e historiográficos na América Latina carregam em seu bojo a carga do processo de colonização, tornando-o responsável principal pelo avanço civilizatório de Estados-nações originais, impondo a lógica histórica de figuras míticas, transpostas a uma suposta naturalidade de um poder central.

Nesse sentido, a perspectiva da *colonialidad* dos saberes e poderes evidencia a tessitura de consolidação da identidade histórica da zona latinoamericana, conforme assevera Quijano (2005, p.32), ao referir que:

(...) ‘raza’, un constructo mental moderno, sin nada que ver con nada en la previa realidad, generado para naturalizar las relaciones sociales de dominación producidas por la conquista, se constituye en la piedra basal del nuevo sistema de dominación, ya que las formas de dominación precedentes, como entre sexos y edades, son redefinidos en torno de la hegemonía de ‘raza’. Los originarios términos extremos de ese nuevo sistema de dominación son, de un lado, los ‘indios’, término colonial en el cual son embutidas las numerosas identidades históricas que habitaban este continente antes de la conquista ibérica y, del otro, los colonizadores, que desde el siglo XVIII se autoidentificarán, respecto de los ‘indios’, ‘negros’ y ‘mestizos’, como ‘blancos’ y ‘europeos’.

Desta forma, Quijano anteviu a realidade histórica moderna/contemporânea, em que a colonização sobrevive em outra roupagem, porquanto, em relação aos processos decisórios, permanecemos colonizados nos processos de saberes e construção de identidades forjadas na superioridade do colonizador em detrimento da guetização do colonizado.

Assim, por extensão, a projeção das identidades nacionais relegou aos negros e indígenas a condição subalterna de seres exóticos e alheios a qualquer processo de construção histórica, que poderia consolidar o espaço que se desenhava por meio das divisões territoriais pelas elites locais (criollos e interesseiros), determinando os processos de construção dos Estados-nações e a consequente invenção das identidades nacionais.

A partir das revoluções burguesas (estadunidense e francesa) e industrial (inglesa), as estruturas de repressão, no processo denominado modernidade, voltam-se para descaracterização dos diferentes ao modelo eurocentrado, por meio de estruturas militarizadas do Estado, massacres às regiões com populações campesinas, afro colombianas ou indígenas, deslocamentos forçados, não reconhecimento da condição campesina e/ou indígena, organização e apoio estatal ao paramilitarismo, dentre outros aspectos de ressonância, para maior compreensão da complexidade do caso colombiano.

Imbuídos pelo discurso elitista utópico das revoluções francesa e estadunidense, ratificaram o processo de dissolução e apagamento historiográfico dos não-europeus, a fim de legitimar uma identidade nacional branca, fortalecida pela eugenia racial da época, que sobrevive atualmente em outras roupagens, permitindo que os processos de avanço civilizatório fossem melhor aceitos pelas colônias anteriores, transformadas em modelos de civilização almejados.

Este generalismo cultural tratou-se de um processo histórico estratégico, idealizado pelos europeus, a partir dos processos de independência na América Latina, assim descrito:

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia europeia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (QUIJANO, 2005a, p.5).

Ao possibilitar a compreensão dos mecanismos coercitivos impetrados nesse espaço geográfico denominado América Latina desde sua invasão e, posteriormente, suas formas de controle a partir da formação das identidades nacionais brancas e europeias, bem como a construção pelos últimos de formas e organizações políticas e sociais ditas civilizadas, essa perspectiva não se trata de uma poção mágica na resolução dos problemas sociais apresentados, porém conduz a um debate, sobretudo de desconstrução epistemológica desde *los de abajo*.

Dessa forma, adentrando ao processo colombiano de estruturação do Estado-nação e em algumas das formas de atualização institucional, como o Departamento Nacional de Planeación (DNP), instaurado mediante a Lei 19 de 1958, considera-se que tal processo divisional que os Estados-nações terão, a partir da ótica *criolla*, determinarão sistematicamente a figura do Estado e a lógica de uma identidade nacional, conceitua-se:

En Colombia, el término nación tiene dos significados: uno sociológico, para hacer referencia a la población como elemento del Estado, considerando la nación (con minúscula) como la comunidad de idioma, religión, aspiraciones y raza; y otro, político y jurídico, en el cual la Nación (con mayúscula) es un ente jurídico (sujeto de derechos y obligaciones) que representa al nivel central del Estado (en cabeza del Presidente de la República como principal autoridad de la Rama Ejecutiva del Poder Público). (DNP, 2010, p.14)



Porém, os processos de simplificação com que o Estado define esses pressupostos da identidade nacional, no ano de 2010, podem representar um dos processos que se originam, desde a fundação ou mesmo a tentativa de construir um Estado-nação em Colômbia.

Dessa forma, Rendón (2004, p.94) aponta que:

[...] el poder del Estado descansa no tanto en el consenso de sus dominados, sino en las formas y órganos normativos y coercitivos del Estado, que definen y crean ciertos tipos de sujetos e identidades mientras niegan y excluyen otros. Además, el Estado lo logra no sólo a través de su policía y sus ejércitos, sino a través de sus funcionarios y sus rutinas, sus procedimientos y formularios de impuestos, licencias y registros.

O que o autor denomina criação, pelo Estado, de determinados sujeitos e identidades, bem como a negação e exclusão de outros, explicita a essência deste estudo.

Para tanto, pretende-se investigar os liames dos ataques coordenados por parte do Estado-nação, com o apoio do aparato militar estatal, financiados por latifundiários e multinacionais, além dos organismos de inteligência estadunidense como o *Drug Enforcement Administration* (DEA) e a *Central Intelligence Agency* (CIA).

Acresce-se, ainda, o apoio das organizações guerrilheiras, sobretudo as Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colômbia – Ejército Popular (FARC-EP) e Ejército de Liberación Nacional (ELN), pelos paramilitares das Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC), em especial o Bloque Calima que atuava diretamente na da zona caucana indígena<sup>1</sup>, como afirmam os relatos dos paramilitares nos depoimentos após a desmobilização e a instituição da Lei de Justiça e Paz, de 2004<sup>2</sup>:

Sobre a história e os objetivos do CRIC, a Central Cooperativa Indígena del Cauca (CENCOIC), aponta:

Colombia lucha por convertirse en un Estado Moderno: la clase política en el poder y los grandes capitalistas que avanzan en ligarla a las exigencias del mercado impuestas por las políticas de globalización, y los sectores sociales por convertirla en un Estado Social de Derecho. Aquí encontramos un Gobierno que atiende principalmente los problemas de la clase económica

<sup>1</sup> Entendemos aqui como região indígena caucana, as zonas apresentadas pelo Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), que a define: [...] esta riqueza étnica e cultural conta com mais de seis sistemas fisiográficos localizados entre a zona andina e a planície do pacífico. A zona Andina compreende a Cordilheira Central, o Altiplano de Popayán, a Fosa do Patía, a Cordilheira Occidental, a planície aluvial dos rios Cauca e Palo e a zona do piedemonte amazónico na baixa Bota caucana. La planície do Pacífico contém um sistema geográfico relativamente homogéneo compuesto pelas zonas do litoral, as zonas aluviais dos rios e por pequenas colinas e planaltos.” Disponível em: <<http://www.cric-colombia.org/portal/estructura-organizativa/ubicacion-geografica/>>. Acesso em: 15 out.2016.

<sup>2</sup> Cf. Os relatos sobre a presença do Bloque Calima e suas ações violentas na região de Cauca estão inseridos no documentário produzido por Simbólica Autónoma, denominado *Naya: ni olvido, ni perdón*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dMCyhMaZ5As>>. Acesso em: 10 out.2016.

representada en las corporaciones financieras y en los consorcios de la comunicación, el petróleo, el banano, la energía y la industria de alimentos; una guerrilla que pretende tomarse las instituciones del Estado y que espera poder establecer el socialismo, y una nueva versión de extrema de derecha conocida como Paramilitares, los cuales son sin lugar a dudas la avanzada del neoliberalismo con sus empresas multinacionales para establecerse en zonas geoestratégicas del país. (CENCOIC, *on-line*, não paginado)

A CENCOIC é uma instituição não-governamental criada no ano de 1986 e que, ao longo de sua história, tem desenvolvido ações destinadas a reforçar o direito à terra dos povos indígenas, monitoramento de políticas públicas relacionadas a esta população, apoio à formação e consolidação de suas organizações autônomas e divulgar publicações sobre diversas questões que afetam a sua territorialidade.

Distingue-se, portanto, que o Estado-nação colombiano não se constitui tão somente de uma estrutura de poder central, mas, antes, encontra-se cingido às forças externas à zona colombiana, em busca desse mesmo padrão de governo central e autoritário.

De acordo com Meneses (2012), os acordos iniciaram no ano de 1980, durante o governo de Belizário Bettancourt e encerraram no ano de 1985, com a tomada do Palácio de Justiça pelo Movimento 19 de abril (M-19).

No governo de Andrés Pastrana (1998-2002), as negociações são retomadas com as FARC-EP e um novo acordo de paz é firmado, mediante a Resolução nº 85 de 14 de outubro de 1998, por meio da outorga da zona de distensão no município de San Vicente de Cáguan, Estado de Caquetá.

O autor aponta que, no ano de 2002, este acordo é rompido com a retomada dessa zona pelo Exército colombiano, coincidindo com a assunção de Álvaro Uribe Vélez (2002-2010), eleito a partir da proposta de pôr fim a guerrilha das FARC-EP.

Quanto ao processo de forjamento das identidades nacionais, delimitou-se esse trabalho por meio das análises dos impactos da história da violência na Colômbia durante o século XX, atendo-se, sobretudo, ao Plano Colômbia, um acordo assinado entre os Estados Unidos e Colômbia no ano de 2000, atrelados à solidificação dos patrimônios legitimadores de uma unidade coesa de construção histórica do percurso de cada nação, reiterando a potência do Estado-nação como organizador e controlador das identidades determinantes para o progresso civilizatório.

Assim, busca-se observar a intencionalidade das ações perpetradas pelos paramilitares vinculados ao Estado e as guerrilhas em relação aos indígenas organizados no Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) e as interações prováveis com os processos de forjamento das identidades nacionais na Colômbia, ao longo dos séculos, e sobretudo, os

massacres ocorridos no região de Cauca, Colômbia, bem como o entrecruzamento dos dispositivos do Estado e a estigmatização e extermínio dos atores afetados pelos massacres.

A estrutura orientada sobre esses três elementos (massacres, Estado-nação, identidade nacional) coloca-se desde a perspectiva latino-americanista, complexa, entrelaçada e inserida nos diversos discursos de poder que, comumente, orientaram as formas de organização e governança no século XVIII e reorganizaram a zona latinoamericana no século XIX, por meio dos processos de independência e estruturação da base nacionalista.

Ressalta-se que o interesse pela temática escolhida para este estudo originou do campo de estudo na graduação em História-América Latina, orientado pelos aportes de conexão com a historiografia da zona latinoamericana, que instigaram ao aprofundamento da literatura disponível, suscitando novos e inúmeros questionamentos.

Nesse contexto, inclui-se o estudo do Grupo modernidad/colonialidad<sup>3</sup>, ressignificando a perspectiva histórica (parca) de um estudante formado pelo ensino básico público, orientado pelas estruturas eurocentradas de saber, bem como a inquietação sobre os conteúdos educacionais, transmitidos como fatos absolutos e indiscutíveis.

Durante a trajetória acadêmica, a participação na VII Conferência Latino-Americana e Caribenha de Ciências Sociais (CLACSO/2015) e a inserção nas comunidades campesinas do entorno antioquenho, na cidade de Medellín no ano de 2015, bem como a apresentação de trabalho no III Encontro de Estudos Sociais desde América Latina e o Caribe, realizado na cidade de Foz do Iguaçu, no mesmo ano, tornaram-se experiências enriquecedoras e, ao mesmo tempo, produziram novos questionamentos.

Inclui-se, ainda, a iniciação à docência acadêmica no âmbito de curso ingressante ao ensino superior e o conseqüente contato com adolescentes em formação básica, que permitiram vislumbrar e conviver, ainda que brevemente, com a realidade revelada parcialmente na literatura.

Aos questionamentos sobre os moldes sociais de controle de corpos e saberes, acresceu-se o contato com as comunidades afetadas pelos processos de construção histórica da unificação de identidades para legitimação de Estados-nações abstratos, calcados sobre realidades distantes do contexto latinoamericano, tais como as comunidades indígenas, campesinas e afrodescendentes.

---

<sup>3</sup> Será abordado no Capítulo 2.

Orienta-se a pesquisa, assim, não somente na análise discursiva e dos processos de massacre e deslocamentos forçados, mas, sobretudo, a desconstrução teórica do modelo institucional de violência perpetrado às populações afetadas.

Nesse segmento, a relevância deste estudo monográfico decorreu, em linhas gerais, da possibilidade de uma ação prática de produção coletiva de memória, como forma de resistência, pautados nas perspectivas e formas de organização condizentes com as práticas das comunidades indígenas da região de Cauca, Colômbia, organizado no Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC), organizações comunitárias e associação de vítimas do Estado Colombiano, tencionando avaliar a possibilidade do desenvolvimento de uma ação política prática e decolonial.

A partir destes desdobramentos, acima descritos, algumas questões se impuseram: Como se deram os processos de massacres e deslocamentos forçados na Colômbia, no século XX? Quais são as características que envolvem tais processos? Qual a relação entre os discursos de construção dos Estados-nacionais e o forjamento das identidades nacionais? Quais são os discursos de controle utilizados pelo Estado-nacional colombiano? De que forma este estudo monográfico poderia contribuir para o desenvolvimento de uma coletivização de memórias, como forma de resistência aos processos de violência na Colômbia?

Visando responder tais indagações, elencou-se os objetivos, que conduziram os procedimentos de pesquisa e a análise qualitativa do estudo etnográfico empreendido.

Como objetivo geral, buscou-se analisar os processos históricos da violência colombiana no século XX, atendo-se aos massacres e deslocamentos forçados na região de Cauca, Colômbia, sob a perspectiva dos agentes da organização indígena Consejo Regional Indígena el Cauca (CRIC).

Assim, face ao objetivo geral, os objetivos específicos consistiram em: caracterizar tais processos, sob a visão eurocêntrica da modernidad-colonialidad, identificar os discursos de construção dos Estados-nacionais e forjamento das identidades nacionais, sob a perspectiva indígena, descrever os dispositivos de controle e colonialidade do Estado-nacional observados e contribuir para o desenvolvimento de uma coletivização das memórias, como forma de resistência aos processos de repressão estatais e paraestatais.

Para tanto, como aporte teórico para a elaboração deste estudo, utilizou-se fontes de informações convencionais e eletrônicas, tais como: livros, periódicos eletrônicos, bases de dados nacionais e internacionais, sites, bibliotecas digitais, etc.

Mediante tais considerações, o estudo foi organizado em seis capítulos, a fim de estruturar o conteúdo temático e contribuir para a apreensão linear do leitor, relatados a seguir.

O capítulo introdutório ora relatado apresenta aspectos genéricos da temática escolhida, justificativas, objetivo geral e objetivos específicos, complementando com os procedimentos metodológicos que subsidiaram o desenvolvimento deste estudo.

O segundo capítulo descreve, brevemente, o histórico da violência relacionadas aos povos indígenas da Colômbia, no século XX.

Apresenta-se, no terceiro capítulo, ponderações sobre as relações do Estado colombiano e o paramilitarismo.

O contexto histórico do Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) e a organização dos movimentos de resistência dos povos indígenas serão descritos no capítulo quatro.

O percurso metodológico será detalhado no quinto capítulo, destacando-se os cenários de pesquisa e os procedimentos realizados.

As análises dos resultados da investigação empreendida serão dispostas no sexto capítulo.

Abrangendo as considerações finais, o sexto capítulo aludirá às reflexões sobre o estudo realizado.

## 2 HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA NA COLÔMBIA DO SÉCULO XX: PERSPECTIVA INDÍGENA

Desde tempos imemoriais, a violência integra os processos de organização do estado nacional colombiano e tem, como pressupostos, as divergências políticas e a questão religiosa, especificamente a participação da Igreja no Estado.

No entanto, há que se considerar as políticas internacionais que interviram no território, que corresponde aos interesses dos EUA na América Latina, no contexto da Guerra Fria:

As relações diplomáticas entre Colômbia e Estados Unidos se intensificaram no pós-Segunda Guerra Mundial, pois a luta entre comunistas e capitalistas, nessa época, permitiu aos dois países assinarem um Acordo de Assistência de Defesa Mútua, pelo qual os norte-americanos proveriam assistência militar para garantir a paz na América Latina. No entanto, o narcotráfico na Colômbia cresceu e se desenvolveu em um contexto de proibição de consumo e comercialização de drogas psicoativas durante a Guerra Fria, mais especificamente durante os anos 1980. Neste período, o crescente consumo interno de drogas nos Estados Unidos e os consequentes agravamentos sociais, como a intensificação do crime e o aumento dos gastos públicos com a saúde, fizeram com que o governo norte-americano tomasse medidas rigorosas de repressão e controle sobre o tráfico ilícito de drogas. Os EUA, nesse momento, tornam-se um dos maiores consumidores de drogas do mundo. (SANTOS F., 2013, p.11)

Tais interesses são representados pela ambiência política, orquestrada por meio da polarização dual do mundo geopolítico, e conseqüentemente, servirá para os estadunidenses, gerarem um binarismo interno nos territórios latinoamericanos, especificamente na Colômbia, encetando estratégias de construção do inimigo interno, primeiramente nos anos 1980, como comunistas e, nos anos 1990, como produtor de drogas, conectando os dois elementos no termo narcoguerrilha, e, curiosamente, modificando-o para narcoterroristas, a partir do ano de 2001.

Todavia, cabe observar os aspectos desse processo nacional no que tange aos povos indígenas e, nesse sentido, descreve-se:

Durante los casi doscientos años de vida nacional bajo la forma estatal republicana, pueden esbozarse tres grandes periodos en la política oficial hacia los pueblos índios. Primero, un periodo fugaz, producto de las guerras de independencia, en el cual se reconocieron formalmente ciertos derechos como concesiones al aporte indígena en estas guerras (véase Jimeno y Triana 1985). Luego, un largo lapso de cien años que corren entre mediados del siglo xix hasta la década de los sesenta del siglo XX, caracterizado por una agresiva política contra las tierras comunales indígenas, principalmente las de la región andina, y por la expresa devaluación y menosprecio por las formas culturales de vida indígena. Ser indio era signo de atraso. Por lo tanto, era forzoso asimilarlo a la nación “mestiza”. [...] En tercer lugar, durante el periodo de la política indigenista estatal en la segunda mitad del siglo xx, surgieron las nuevas organizaciones indias, basadas en viejas formas organizativas que reivindicaron con orgullo su estilo de vida, su cultura, e iniciaron los reclamos por derechos particulares. (JIMENO SANTOYO; VARELA; CASTILLO, 2015, p.53-54, grifo dos autores)

Assim, denota-se que o binarismo construído, mencionado anteriormente, colaborou para a consolidação de uma estrutura imagética da identidade colombiana, que sustenta um Estado-nacional, bem como o apagamento histórico dos verdadeiros violadores dos direitos humanos dos indígenas e povos não anexados, os paramilitares.

A identificação dos massacres e deslocamentos forçados requer uma compreensão basilar das estruturas consolidadas da conquista-colonização, bem como o recrudescimento do paramilitarismo e o combate ao narcotráfico.

Para tanto, Mignolo (2007, p.28), elucida que “a América nunca foi um continente que tivesse que se descobrir, mas sim uma invenção forjada durante o processo da história colonial europeia e a consolidação e expansão das ideias e instituições ocidentais.”

O autor complementa que tal processo, desde o princípio da conquista, teve como fator determinante o ensino da religião pelos jesuítas e outras ordens que chegaram posteriormente.

Essa estrutura de ensino orientada pelos jesuítas poderia ser compreendida como uma teia que possibilitou, durante o processo de colonização, os princípios construtivos das estruturas da colonialidade.

De acordo com Mignolo (2007a, p.22), “na antiga Roma, *re-ligare* tinha um valor temporal, pois *religio* também significava *traditio* (tradição), e um valor espacial, já que a *religio* unia quem compartilhava crenças dentro de uma zona determinada.”

O autor reafirma que, a partir da necessidade de designar um novo tipo de comunidade sem vínculos com a fé, “se criou uma nova instituição, a comunidade de origem ou o Estado-nação, definida em conjunto com a cultura nacional, creditando a esses sujeitos uma identidade nacional.” (p.23).

Tais identidades mensuraram o desenvolvimento dos Estados independentes, desde o século XIX até os dias de hoje, redefinindo a diferença colonial, sendo a ideia de América Latina parte desse novo desenho imperial.

Destaca-se que o cenário de identidades nacionais neste período possibilitou, conseqüentemente, um debate pouco consolidado por meio dos aportes acadêmicos.

O debate foi fomentado pelo ressurgimento das ideias de Frantz Fanon (1952; 1961) nos círculos pós-coloniais e, posteriormente, desenvolvido no contexto latinoamericano pelo grupo de estudos denominado *Modernidad/Colonialidad*, tendo como representantes centrais, orientados pela análise do sistema-mundo de Immanuel Walerstein (1992), Enrique Dussel (1992; 1995) e Aníbal Quijano (1991; 2000).

Sob a ótica interdisciplinar e jungidos ao grupo anterior, Santiago Castro- Gómez, Catherine Walsh, Rita Segato, Ramón Grosfoguel, Arturo Escobar e Walter Mignolo apresentaram a perspectiva de análise do processo de conquista da zona latinoamericana, apontando modernidade e colonialidade como faces da mesma moeda, ou seja, compreendendo que uma análise somente poderia existir tendo a outra como fator coadjuvante dos processos.

Assevera Segato (2010, p. 30) que, além de uma intenção real do processo de desconstrução dos moldes eurocentrados de negação do outro como exótico, estranho, anormal, “a observação eurocentrista da realidade social da América Latina levou a tentativas de construir Estados-nação segundo a experiência europeia, como homogeneização étnica ou cultural de uma população fechada nas fronteiras de um Estado. ”

Para Mignolo (2007b, p.32), “a colonialidade, então, consiste em revelar a lógica encoberta que impõe o controle, a dominação e a exploração, uma lógica oculta por trás do discurso da salvação, o progresso, a modernização e o bem comum. ”

O estilo de vida europeu, construído por *criollos*, por meio das concepções de Estado-nação e identidade nacional, engendrará estruturas de controles de corpos, mentes e o monopólio da violência, mitificando a lógica de unidade civilizatória nos contextos nacionais, perpetrada sobre o viés estereotipante dos povos originários e camponeses, e posteriormente, dos negros trazidos ao continente e inseridos no sistema escravagista.

A caracterização, como parte da América subdesenvolvida, marcada pelo pauperismo, nada tem a ver com o clima ou com os povos que aqui habitavam ou foram trazidos. Tem referência no processo sócio-histórico, na forma como a região foi integrada ao sistema econômico mundial, desde o período da colonização. Os povos originários que habitavam o que conhecemos hoje por América Latina, possuíam grande diversidade cultural, política, linguística, na forma como se apropriavam da natureza para garantir a sobrevivência, estabeleciam uma relação harmônica com o meio ambiente e possuíam técnicas de produção na agricultura e pecuária bastante avançadas, segundo suas necessidades e estágio de desenvolvimento das forças produtivas, assim como na arquitetura, com destaque para os grandes monumentos Incas, Astecas e Maias. Assim, os povos que invadiram o continente, principalmente os portugueses e espanhóis, a fizeram com a intenção clara de explorar as riquezas naturais que existiam na região, desde os minérios (ouro, prata), especiarias, pau brasil, etc., passando pelos conhecidos ciclos da monocultura (café, açúcar, algodão, borracha, entre outros), recorrendo à força de trabalho escrava indígena e/ou africana, que serviam a expansão da indústria na Europa. Dessa forma, localizamos a causa da pobreza e miséria dos povos latino-americanos a partir dessa inserção subordinada e totalmente dependente desde o período de dominação dos países ibéricos, consolidando um padrão de exploração e opressão aos povos indígenas: destruição física, cultural, religiosa e ideológica dessas populações, um verdadeiro genocídio dos povos existentes. (DURANS, 2009, p.29)



Observa-se que o contexto à época considerava a possibilidade de compreender o mundo por meio da possibilidade teórica de vislumbre moderno-colonial, inserido no sistema-mundo, conceituado por Wallerstein (1990).

Entretanto, o conceito de sistema-mundo proposto por Wallerstein não estabelece a distinção cultural, mas, antes, “concebe ainda as periferias em termos de unidades geohistóricas e geoeconômicas, mas não geoculturais.” (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p.54)

Para Quental (2012, p.18), “considerar o sistema mundo como moderno-colonial é deixar que o espaço fale, haja vista que é o espaço-mundo como um todo que se conforma, e não o mundo visto como se fosse estágios distintos da Europa e, assim, um evolucionismo em que os lugares e as regiões do mundo são silenciados.”

Descrita pelo autor, a invisibilidade silenciada colabora na compreensão dos eixos significantes do processo de *colonialidad/modernidad*, esculpido nas formas de consolidação do processo de colonialidade por meio da catequização, tradução de mundos e mitos, aldeamento, obrigatoriedade do idioma colonizador, divisão do trabalho hierarquizada e racializada.

Sobressai, neste aspecto, o fator projecional de uma desconstrução possível desde *abajo*, ou seja, desde os povos, as comunidades locais, os negros, os camponeses e não desde o centro, representado pelo Estado e suas instituições.

Para Mignolo (2007c, p.32), “a colonialidade, então, consiste em revelar a lógica encoberta que impõe o controle, a dominação e a exploração, uma lógica oculta por trás do discurso da salvação, o progresso, a modernização e o bem comum.”

Observa-se que o fetichismo da modernidade na história latinoamericana coincidiu com os processos de independência e construção dos Estados-nacionais e das identidades nacionais, que reforçaram as ideias da colônia em um âmbito republicano, garantindo os privilégios das classes dominantes do modelo econômico-político anterior, desde os ideais criollos e luso-brasileiros, até o imaginário social da concepção centro-periferia, vinculada ao progresso e civilização linear etapistas.

Tais circunstâncias marcarão os contextos educacionais latinoamericanos, por meio da educação universal transposta aos contextos locais, solidificada pelo aparato da institucionalidade do Estado e, ainda, pela negação de possibilidades diversas oriundas desse *ethos* jurídico, eurocêntrico, branco e elitista. (SEGATO, 2010a).

Ressalta-se que a menção aos termos branco e elitista se refere às estruturas dessas definições sob a égide da inferioridade, inserida na pirâmide social dos Estados-nacionais, que mensuram a inferioridade/superioridade histórica, sociológica, jurídica e antropológica,

legitimando o discurso democrático-centralista de poder e a violência, “que permite pensar a si mesmos como habitantes atemporais do ponto zero, e aos outros atores sociais (índios, negros e mestiços) como habitantes do passado.” (CASTRO-GOMÉZ, 2005b, p.59).

Conforme descrito pelo autor, o ponto zero pode ser considerado um marco de observação eurocêntrica, presumidamente neutra, que demarca a origem de todos os processos do mundo a partir da gênese greco-romana até culminar na modernidade estadunidense-francesa, reforçando as condições hierarquizadas pelas estruturas da colonização e reifica os processos de colonialidade, por meio do ensino de história no ensino básico e médio na América Latina, apresentando um molde historiográfico.

Portanto, a proposição de novos caminhos enfrenta o *status quo* dos processos de democracia representativa e a manutenção da política e organização social centralizadora e hierárquica.

Observa-se, no caso colombiano, a importância dessa ruptura:

O deslocamento forçado obedece, então, a implementação de estratégias para combater a insurgência e controlar a sociedade civil por parte das forças militares, assim como a ação direta ou indireta de atores armados como as guerrilhas e os grupos paramilitares e de autodefesa. Entre as razões mais frequentes que promovem as altas porcentagens de deslocamento aparecem as ameaças, torturas, massacres, desaparecimentos forçados, destruição de casas, assim como os atentados, homicídios, bombardeios, desalojos, recrutamento forçado, sequestros, abusos sexuais e as consequências das operações antinarcóticas. (RAMÍREZ; PLAZAS; BELTRÁN, 2003, p.226)

Considerando o terceiro período a partir da segunda metade do século XX, busca-se visibilizar os ataques contínuos aos povos indígenas e como se organizaram por meio de antigas organizações sindicais e comunais, todavia, com ideais divergentes na construção política e direcionadas, sobretudo, à autonomia governamental permeada pelas experiências dos *cabildos abiertos*, a valorização e o respeito às próprias tradições e territórios.

O *cabildo abierto* é um dos mecanismos de participação para que os cidadãos exerçam sua soberania, disposto na Lei nº 134/94, Art. 9, como “uma reunião pública dos conselhos distritais, municipais ou das juntas administradoras locais, na qual os habitantes podem participar diretamente com o fim de discutir assuntos de interesse para a comunidade”. (SUBGERENCIA CULTURAL DEL BANCO DE LA REPUBLICA, 2015, não paginado).

A potência desses movimentos recrudescer a partir das políticas de reforma agrária contraditórias durante o governo de Carlos Lleras Restrepo (1966-1970), como se aponta:

Primero, fue el decreto 755 del 2 de mayo de 1967, que promovía la organización campesina al aglutinar a los “usuarios” de los servicios de reforma agraria. Esto le dio alas y aliento institucional a la joven burocracia radical del Incora, así como a los activistas de las

organizaciones de izquierda”, assim como a “Ley de Arrendatarios y Aparceros” de 1968. [...] fue solo la movilización indígena, aliada con la de los campesinos y con el apoyo de funcionarios de Incora, la que logró revertir el curso de la disolución de las tierras comunales y modificar la política indigenista desde una política integracionista hacia una del reconocimiento de la diferencia. (JIMENO SANTOYO; VARELA; CASTILLO, 2015b, p. 59, grifo dos autores)

A mobilização indígena teve, como fator central, não somente os pressupostos burocráticos das leis de reforma agrária do ano de 1968, mas o contexto histórico dos povos da região de Cauca, herdeiros dos levantes dirigidos por Quintín Lame na primeira metade do século XX, fortalecendo a radicalidade da região, que representa 20% da população, em torno de 190.000 indivíduos. (ARANGO OCHOA; SÁNCHEZ GUTIERREZ, 2004).

Dessa forma, a partir da segunda metade do século XX, reafirmar a identidade indígena foi um ponto de partida necessário, que se insurgiu contra a ideologia nacional de dissolução das diferenças e uma cidadania genérica, hipoteticamente, as bases do progresso e desenvolvimento, o que contradiz o reconhecimento de uma ampla participação das camadas de camponeses e os chamados setores populares. (JIMENO SANTOYO; VARELA; CASTILLO, 2015c).

O fortalecimento da identidade indígena ocorre, ainda, por meio dos processos de organização que se desenvolvem no período, como a fundação do Consejo Regional Indígena del Cauca (CRIC) no ano de 1971, em contraponto aos avanços das políticas intervencionistas estadunidenses no continente americano e a produção do discurso de modernização do campo latino-americano, percebidos nas mudanças estruturais de propriedade dispostos na Ley de Arrendatarios e Aparceros:

La movilización durante esta etapa tuvo como principales objetivos la recuperación de las tierras comunales y un proceso de reconstrucción identitaria, a través del fortalecimiento de las autoridades tradicionales y la recuperación de valiosos rasgos culturales, como la lengua, apoyándose para todo ello en la reinvención de la tradición histórica. Estos objetivos fueron alcanzados ampliamente en el curso de cuarenta años, con lo cual nuevas metas, como el aumento de los espacios políticos regionales y la lucha por la autonomía territorial, han sido trazadas. (PEÑARANDA SUPELANO, 2012, p.20)

As potencialidades para a criação de um movimento indígena associativo ampliaram a partir de diversos episódios de violência nas regiões de Cauca e Valle del Cauca, em resposta aos ataques paramilitares e militares estatais vinculados aos interesses econômicos estadunidenses na área, tendo em vista que, nos anos 1950, Cauca possuía vinte e um (21) engenhos de açúcar e, posteriormente, da política de reforma agrária do ano de 1968.

Para tanto, esclarece-se:

La conformación del movimiento indígena del Cauca fue el resultado de este proceso que se desarrolló en líneas generales a través de dos vertientes, que a su vez lo estimularon: la primera, fue resultado de la movilización institucional a favor de la reforma agraria, particularmente a través del INCORA, que incluyó la presencia de un grupo agentes políticos externos, el cual tendría una amplia influencia. La segunda vertiente, resulta del desarrollo de experiencias locales de organización comunitaria, lideradas por indígenas sin tierra que habían sido objeto de despojo en décadas anteriores. Dichas experiencias forzaron una ruptura con la actitud dócil de los Cabildos doblegados en su mayoría por las presiones de los grandes propietarios y las autoridades políticas de la región. El cruce de estas dos vertientes, daría lugar a la creación del CRIC y a la puesta en marcha del movimiento de las comunidades indígenas del Cauca, con los resultados que hoy conocemos. (PEÑARANDA SUPELANO, 2012a, p.12)

Dessa forma, criou-se a possibilidade, na região de Cauca, de uma resposta organizada por meio do Conselho e seus agentes, bem como reorganizou, a partir da Lei nº 134/94, as estruturas que possibilitaram as denúncias dos descasos do Estado e os entes paramilitares, organizados na zona colombiana, que forçosamente obrigaram os deslocamentos da população por meio de massacres, torturas e estratégias de terror, paradoxalmente contraditórias ao discurso antiterrorista.

Estes acontecimentos serão determinantes na região de Cauca pois, de acordo com Molina Echeverri e Sánchez Gutiérrez (2010, p.105), “el territorio del Cauca siempre ha sido un escenario de la resistencia indígena a la invasión externa, desde cuando Belalcázar tuvo que librar feroces combates con los pubenenses para poder tomar Popayán en 1536.

A partir dos anos 1970, o avanço truculento dos latifundiários e os exércitos privados paramilitarizados por um lado e a guerrilha ideologicamente autoritária de outro, as bases organizativas do CRIC se consolidam, obtendo corpo e força social discursiva gerando, devido a essa organização, a participação indígena nos processos de organização da Assembleia Constituinte de 1990, promulgada no país no ano de 1991, além de fortalecer uma nova ordem territorial.

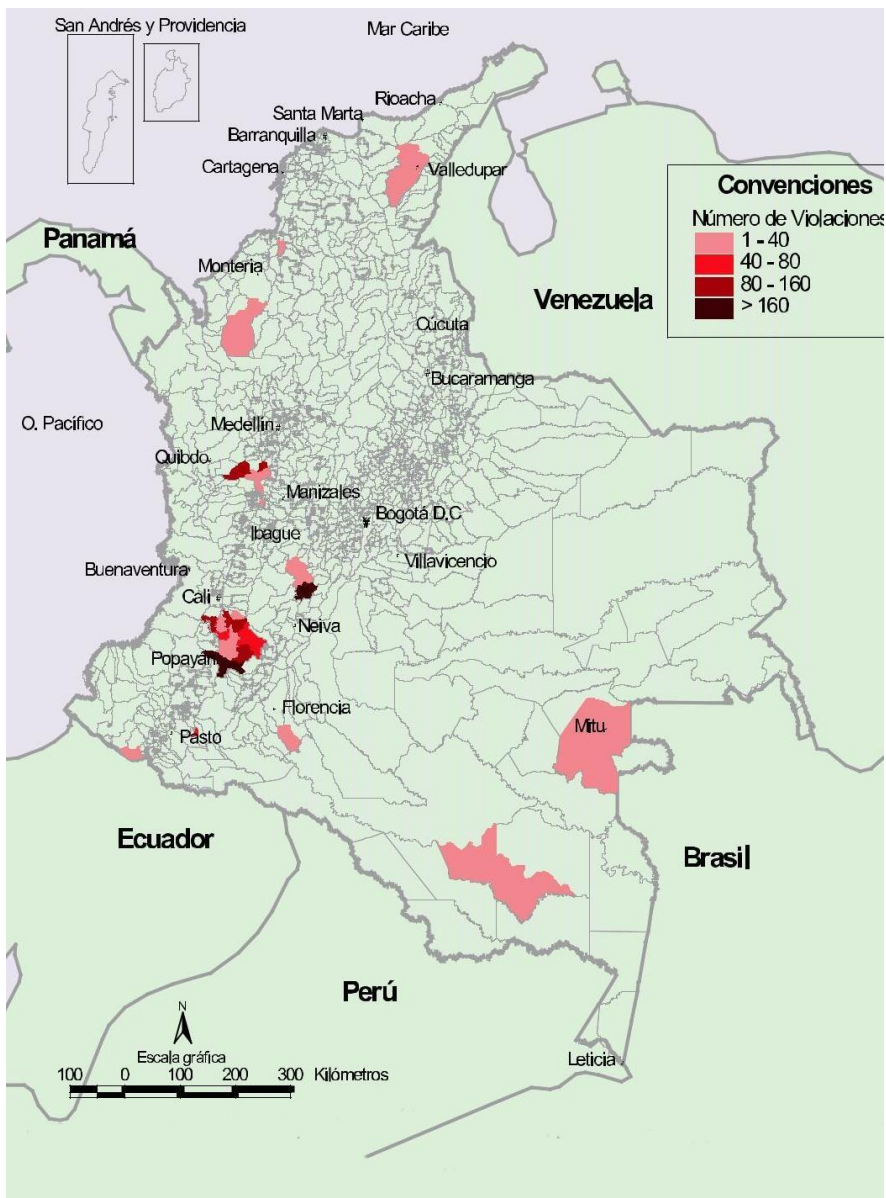
Nesse sentido, para Villa e Houghton (2004, p.30) “es éste el escenario en el que se constituyen las modernas organizaciones indígenas, que en oposición al poder terrateniente y al control político ejercido por el gamonalismo, afirman un proyecto de corte autonómico y de reconstrucción territorial. ”

De acordo com Ibarra (2002), o gamonalismo tem início na Hispanoamérica, no começo do século XIX, como parte da concepção senhorial da propriedade da terra em paralelo ao processo de formação do latifundiarismo *criollo*. Quanto ao século seguinte, o autor conceitua:

En los países andinos, la modalidad de poder local rural conocida como gamonalismo fue objeto de relativa atención hasta los comienzos de las reformas agrarias, en los años 70, cuando esta forma de poder se hallaba en crisis o decadencia. La identificación del gamonalismo como una forma de dominación y extorsión a la población rural fue un tópico de los discursos agrarista y de izquierda que se hallaba incorporado al lenguaje político. [...] Lo que aquí argumento es que el gamonalismo es una forma de poder político local rural, resultante de la vigencia de una estructura estamental o de castas en la que se ha “naturalizado” la dominación étnica. Su sustento son las sociedades rurales en las que hay subordinación campesina por el predominio de sistemas agrarios en los que impera la gran propiedad. Sin embargo, hay otra variante del gamonalismo que se halla vinculada al capital comercial y los mecanismos despóticos o coactivos de constitución de las relaciones de mercado. En este caso, incluso puede haber mejorado la distribución de la tierra y la gran propiedad rural no ser importante. Todo ello implica la existencia de múltiples situaciones y variantes regionales a lo largo de los países andinos. (IBARRA, 2002, p.139)

Para Villa e Houghton (2004b), a CENCOIC destacou a potência da letalidade na região de Cauca, por meio dos indicadores dispostos no Mapa da Violência Política contra os Povos Indígenas, demonstrado a seguir:

**Figura 1** – Violência política contra povos indígenas, por município (1974-1981)



Fonte: Villa; Houghton, 2004.

Para os autores, após a reorientação política nacional, estabelecida pela Assembleia Constituinte de 1991, nos anos posteriores à promulgação da nova Constituição, observa-se:

Los indígenas disminuyeron los actos de recuperación de tierras y pasan a desplegar su proyecto de ordenamiento territorial con base en el Artículo 286<sup>4</sup> de la nueva Constitución Política, se repliegan los diferentes grupos paramilitares existentes a una intensa contrarreforma agraria al tiempo que configuran su proyecto nacional, mientras la insurgencia profundiza su replanteamiento estratégico expansivo y se concentra en repeler la Guerra Integral decretada por el gobierno de César Gaviria em 1990. (VILLA; HOUGHTON, 2004c, p.35)

<sup>4</sup> Artigo 286 da Constituição Política colombiana: “São entidades territoriais os departamentos, os distritos, os municípios e os territórios indígenas”. (COLOMBIA, 2015, p. 80). Disponível em: <<http://www.corteconstitucional.gov.co/inicio/Constitucion%20politica%20de%20Colombia%20-%202015.pdf>>. Acesso em: 16 nov.2016.

A partir da Assembleia Constituinte, a violência contra os indígenas diminuiu rapidamente, devido aos consensos acordados no documento, reaparecendo no cenário a partir de 1993, com a declaração da “guerra integral”, em que o presidente César Gaviria, na incessante luta contra os narcotraficantes Pablo Escobar (Medellín) e os irmãos Orejuela (Cali), possibilitou que as articulações entre o paramilitarismo, o narcotráfico e os métodos de guerra do terror se articulem em torno de diversos projetos individuais e coletivos de lucros e espaços de poder.

Segundo Rangel (1999), os povos indígenas foram impactados diretamente com os conflitos gerados entre paramilitares e guerrilhas e essa violência tornou-se exponencial, a partir da reorientação das FARC-EP, em uma estratégia de guerra irregular aplicada e a dupla intenção de, em primeira instância, dispersar a ação de forças militares de todas as zonas distantes do território colombiano e, em sequência, concentrar suas atividades em zonas de alto potencial, do ponto de vista econômico, político e estratégico-militar.

Entretanto, tais estratégias concebidas pelas FARC-EP encontraram, devido às aglutinações entre paramilitares, narcotraficantes e funcionários estatais, uma contrarresposta do paramilitarismo, anteriormente organizados local e regionalmente, que passaram a articular-se por meio da estratégia nacional das cúpulas militares:

Tal transformación tiene lugar con la conformación de las Autodefensas Unidas de Colombia AUC en abril de 1994, el traspaso de un grupo importante de oficiales del Ejército de alto rango y soldados a las filas paramilitares, y la definición de planes de re-conquista territorial basados en la destrucción del tejido social en las zonas donde se asienta la guerrilla. (VILLA; HOUGHTON 2004d, p.39).

As AUC adentraram no território Caucano por meio da Frente Libertadores del Sur, el Bloque Calima, el Bloque Farallones e el Bloque Pacífico dando início a uma série de atentados violentos contra a população civil, como aponta o informe da Secretaria de Governo, Direitos Humanos, Convivência e Participação Social do Governo de Cauca/CO:

La situación de polarización y lucha de intereses de los actores armados al margen de la ley generó que las AUC con mayor proporción provocaran en los años 2001 y 2002 toda clase de hechos contra la población civil, como masacres, desplazamientos forzados, guerra psicológica, homicidios selectivos y múltiples, y amenazas a líderes de las organizaciones sociales en las zonas del norte, centro y sur del Macizo Colombiano (...) Así tenemos en noviembre de 2000 la arremetida paramilitar en los corregimientos La Pedregosa y El Carmelo en el municipio de Cajibío; enero 16 de 2001 el asesinato de 10 campesinos en la vereda La Rejoya a 10 minutos del municipio de Popayán; asesinatos indiscriminados a jóvenes en los barrios periféricos del municipio de Popayán; en semana Santa (abril) de 2001 la masacre en la región del

Alto Naya con un número oficial de 22 víctimas, pero según las comunidades cerca de 200 personas, ocasionándose un desplazamiento forzado masivo hacia las cabeceras municipales más cercanas como Santander, Popayán, Jamundí y Buenaventura (Valle)” (GOBERNACIÓN DEL CAUCA, 2004, p. 21 apud NUÑEZ, 2007, p.3).

Ressalta-se que os acontecimentos ocorridos nos anos de 2001 e 2002 tiveram, como fatores externos, a solidificação do Plano Colômbia, inicialmente criado para combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia, ratificado posteriormente pelos Estados Unidos e Colômbia no ano 2000.

O Plano Colômbia, previsto inicialmente para durar até dezembro de 2005, previa um investimento de US\$ 7,5 bilhões, dos quais os EUA forneceriam US\$ 1,3 bilhão (US\$ 47 milhões para o Equador). O governo colombiano aplicaria US\$ 4 bilhões, sendo que 80% dos recursos viriam de financiamento externo e 20% de ajuste fiscal e de impostos sob controle do FMI, e o restante viria de países europeus e instituições internacionais. Foram muitos e controversos os aspectos que envolveram a criação desse plano, transcendendo inclusive à própria dimensão do combate às drogas. No que se refere à questão de luta contra o narcotráfico, o plano teve como linha mestra a política norte-americana, que estabelece o consumo de droga no seu país não como um problema de demanda interna, mas como de oferta externa, traduzindo-se imediatamente numa estratégia baseada na erradicação dos cultivos mediante a fumigação e a militarização do combate nos países produtores. (SANTOS M., 2010, p.73)

Nesse período, destacam-se as estratégias mencionada pelo autor, utilizadas no plano Colômbia, especificamente aplicadas ao Departamento de Cauca, compreendido como um território em ataque constante por parte dessas políticas e que é corroborado por Chomsky (2005, p.90-91):

Estive no Sul da Colômbia, em Cauca, localidade que, em 2001, ocupou a pior colocação do país em garantia dos direitos humanos. O estado é basicamente formado por índios, camponeses e afrocolombianos [...] Passei umas duas horas ouvindo depoimentos de camponeses pobres sobre o terrorismo. Mas a pior forma de terrorismo que eles sofreram, pelo menos nos depoimentos que ouvi, veio do terrorismo direto norte-americano – a saber, a fumigação. A fumigação destrói completamente a vida deles. Destrói suas lavouras e mata seus animais. As crianças estão morrendo; podemos vê-las com feridas pelo corpo todo, e coisas assim. Esses são, em sua maioria, cafeicultores pobres. A cafeicultura é complicada, os preços são baixos. Mas eles conseguiram cavar um nicho para si nos mercados internacionais de café organicamente produzido. Pois isso acabou. Uma vez destruídos os cafezais e fumigada e envenenada a terra, acabou-se. Não só as vidas e as lavouras são destruídas, como também se destroem a biodiversidade e, de forma crucial, a tradição da agricultura camponesa. A fumigação é oficialmente justificada como “guerra às drogas”. É difícil levar isso a sério, a não ser como um disfarce para um programa de contra-insurgência e mais uma etapa da longa história de expulsar camponeses da terra, em benefício das elites ricas e da extração de recursos minerais por investidores estrangeiros.



Quando mencionam as fumigações, Santos M. e Chomsky referem-se diretamente a política de guerra às drogas iniciada no ano de 1971, pelo presidente estadunidense Richard Nixon, renovada no território colombiano por meio da política de intervenção denominada Plano Colômbia, supostamente de combate ao tráfico de cocaína, porém sub-reptícia, que revelou-se um efeito devastador em relação à soberania nacional dos povos e comunidades não anexadas ao Estado-nacional colombiano, ou anexadas de forma ilustrativa desde a promulgação da Carta Magna de 1991.

Percebe-se que o fator preponderante foi o combate às guerrilhas na zona de Cauca, consolidado a partir da ascensão de Álvaro Uribe Vélez à presidência da Colômbia em 2002.

A primeira gestão do presidente Uribe fortaleceu-se por meio do discurso contra o terrorismo<sup>5</sup>, e sobretudo, através da criação da Lei de Justiça e Paz, como demonstrado no documentário *Impunity* (LOSANO; MORRIS, 2012), garantindo a não-penalização dos paramilitares que cometeram atrocidades nas comunidades através de massacres, deslocamentos forçados, expropriação, perda de entes familiares, desaparecimento, entre outras ações militares treinadas pela Escola das Américas, renomeada a partir do ano de 2001 como *Western Hemisphere Institute for Security Cooperation*<sup>6</sup> (*WHINSEC*).

Os coordenadores de determinadas bases paramilitares que entregaram as armas e responderam judicialmente foram extraditados, pois, a partir dos acordos de confissão assinados, passaram a representar um risco para o governo colombiano e seus políticos, que poderiam se tornar alvo de investigações.

Dessa forma, os crimes e as conexões dos paramilitares e políticos permanecem às escondidas: por um lado os processos de enriquecimento e, por outro, a dependência estratégica ensejada pelo Plano Colômbia, em infundável ciclo gerador de pobreza e massacres.

Ciclo esse agravado, ainda, pelo financiamento das empresas multinacionais aos massacres em áreas de interesse para extração de minérios, bem como a exploração desenfreada dos recursos naturais, que pretere o direito de viver e a qualidade de vida dos povos concentrados nesses cenários, como o Departamento de Cauca e sua população indígena, considerada a maior de todos os departamentos colombianos, e em que se concentra o maior conselho indígena organizado (CRIC).

---

<sup>5</sup> Reitera-se que a política discursiva de combate aos narcoguerrilheiros transforma-se após a derrubada do *World Trade Center* em 11 de setembro de 2001 e a reorientação política estadunidense de caçada ao terrorismo. Nesse sentido, o Plano Colômbia influenciou de forma decisiva essa mudança discursiva no processo de construção da figura do inimigo, ofuscando as verdadeiras vítimas dos processos de guerra no território, bem como facilitando o processo de impunidade dos paramilitares que perpetraram os maiores massacres do período.

<sup>6</sup> Tradução livre. Instituto do Hemisfério Ocidental para a Cooperação em Segurança.

A população indígena do Departamento de Cauca, por sua vez, coloca também em evidência a necessidade de um processo de paz, tendo em vista os acontecimentos anteriormente mencionados.

Todavia, a proposta desse acordo é anulada pelo Estado, pelo paramilitarismo e pelas guerrilhas, descrita por Eduardo Orozco, presidente da Junta Jambaló, em entrevista ao documentário *La guerra en el Cauca*.

Unos le chingan la culpa al Estado y a la gente de izquierda, porque de todas maneras todos los dos tienen algo que ver. Nosotros la población civil somos el escudo. Usted acaba de ver y va seguir viendo. Si usted mira una agente de policía no encuentra ninguno siquiera herido, si vas a ver la guerrilla pues no creo que tampoco porque ellos tienen sus estrategias para vender su estado. Quien paga? La población civil, los niños psicológicamente destruidos, los ancianos, nosotros como líderes poniendo la cara... (MORRIS, 2011, não paginado)

A análise de Orozco esfacela a estratégia de guerra por paz para os dois discursos/grupos armados, que comumente projetaram a possibilidade de unidade por paz por meio de acordos que, a narrativa de Orozco deixa claro, os escudos protetores desse discurso não foram convidados a participar<sup>7</sup>.

Um dos massacres perpetrados pelos paramilitares com apoio do aparato militar estatal, e arquitetados posteriores a consolidação do Plano Colômbia no departamento de Cauca, ocorreu na região de Naya, em abril do ano de 2001, perpetrada pelo Bloque Calima (AUC), com o apoio da Terceira Divisão do Exército colombiano, que será abordado no capítulo a seguir.

¿Es simple casualidad que una población compuesta mayoritariamente de indígenas y afros fuese diezmada de manera tan brutal? La codicia por el territorio parecería combinarse en este caso con una mirada profundamente racista, arrastrando a los actores armados a comportarse como fuerzas de exterminio de las diferencias y llevándolos a perpetrar un verdadero genocidio. (HIERRO; JARAMILLO, 2008, p.5)

O presidente Uribe, por sua vez, apresenta os indígenas, afrocolombianos e camponeses como inimigos da nação, vinculados aos narcoguerrilheiros que, a partir de 2001 com a política anti-terrorismo, passaram a ser denominados narcoterroristas.

Essa vinculação, entretanto, não poupou a população de novos massacres, sendo essa mudança apenas panorâmica e no âmbito das palavras, tendo em vista que o caso de Naya pode ser considerado uma representação clara de que os indígenas continuaram, como aponta

---

<sup>7</sup>O termo escudos protetores, sob o teor irônico, salienta que a “proteção” é o dispositivo do Estado-nacional que legitima os massacres, deslocamentos forçados, desaparecimentos e que faz parecer um devir de paz por meio dos instrumentos da colonialidade jurídica da institucionalidade nacional.

Orozco, presidente da Junta de Jambaló, servindo de escudos para ambos os lados da guerra colombiana histórica e ressignificada.

Neste contexto, a aproximação dos blocos paramilitares e das forças públicas de segurança ocorreu de forma ostensiva, em relação às relações e interesses quanto aos deslocamentos forçados que ocorriam na região, trazendo à tona que, no ano 2000, ou seja, um ano antes do massacre de Naya, havia ocorrido deslocamentos forçados de mais de 4.000 pessoas na mesma região<sup>8</sup>.

O informe do CRIC de 31 de março de 2011<sup>9</sup> relembra que, após o processo de desmobilização dos paramilitares e o consequente atropelamento da Lei de Justiça e Paz, evidenciou-se os vínculos acima mencionados, descritos nos relatos das entrevistas de reparação e justiça.

Reiterando que, “en marzo de este año (2005), en un juicio a los desmovilizados, éstos señalaron que la masacre del Naya habría sido financiada por el narcotráfico y con el apoyo de la Fuerza Pública.” (CRIC, 2011, p.2).

Além do financiamento do narcotráfico e apoio do aparato estatal militar, o interesse na região de Naya, para além da perspectiva do conflito racial, como visto no informe do IWGIA<sup>10</sup>, há o aspecto econômico, sobretudo externo (estadunidense e suas multinacionais) que vislumbram a região por suas riquezas, mas sobretudo pela vulnerabilidade dos povos que não têm assegurados os seus direitos jurídicos/brancos/eurocêntricos/seletivistas às terras.

El Naya es de una gran riqueza por la confluencia de comunidades con experiencias culturales distintas y conocimiento de entornos diversos, ya que la ocupación del territorio de cada grupo étnico los enfrenta a sistemas ecológicos heterogéneos. Con una enorme variedad en fauna y flora, aguas y minerales, el Naya es, como el resto del Pacífico, un territorio sobre el cual recaen múltiples intereses y donde el conflicto armado colombiano ha hecho presencia. La alta presión sobre los habitantes responde no sólo a los intereses geopolíticos de los actores armados, sino a intereses económicos, la mayoría de ellos altamente depredadores, siendo las empresas madereras y la producción de hoja de coca los más sobresalientes en ese sentido. La posibilidad de explotación petrolífera y aurífera son también renglones que no garantizan la preservación del medio ambiente. Las empresas mineras a las que se hace referencia con fuertes intereses en la zona son Agrominas Limitada, Yurumanguí, Cajambre y El Naya. (CAICEDO et al.; 2006, p.15-16)

<sup>8</sup> Cf.; Portal Verdad Abierta, artigo *Las masacres y asesinatos antes de El Naya*. *Verdad Abierta* é uma organização de pessoas que lutam pelos direitos humanos e fazem o trabalho de denúncia dos fatos ocorridos que violam os direitos, bem como, constroem relatos de pessoas afetadas, disponibilizadas por temáticas. Disponível em: <<http://www.verdadabierta.com/justicia-y-paz/3146>>. Acesso em: 22 nov.2016.

<sup>9</sup>Esse informe trata-se de um artigo denominado Colombia: a una década de la masacre del Naya, CRIC organiza actividades comemorativas. Disponível em: <<https://www.servindi.org/actualidad/42322>>. Acesso em: 17 nov.2016.

<sup>10</sup> Cf. Hierro e Jaramillo, p.30

Nesse sentido, as empresas multinacionais são figuras determinantes nas esferas de poder que legitimam os deslocamentos forçados e os massacres. O excerto a seguir esboça a estrutura histórica das estruturas privilegiadas as quais o Estado garante a essas empresas:

En Colombia existe la vieja tradición de utilizar las armas a la hora de proteger la sagrada propiedad, en 1928 fueron asesinados cerca de 1000 trabajadores que exigían mejores condiciones laborales a la United Fruit Company (antecesora de la actual Chiquita Brands, financiadora de grupos paramilitares), hecho conocido como la Masacre de las Bananeras. Décadas después se llevó a cabo el sistemático exterminio de los indomables indígenas Yariguíes en las riveras del río Magdalena, en faenas de cacería con las que se divertían los ingenieros norteamericanos de la Standar Oil (hoy Exxon Mobil). Y recientemente la minera estadounidense Drummond ha sido acusada por el financiamiento, y autoría intelectual, del asesinato de varios líderes sindicales hace cinco años. (PULIDO, 2009, p.32)

Diante dessas afirmativas, os povos indígenas e outros da região articulam-se não somente por meio da justiça estatal, mas, sobretudo, guiados pelos princípios comunitários que os regem e os organizam socialmente. O CRIC, nesse contexto, pode ser considerado uma estrutura de articulação claramente orientada dos povos para os povos:

Las luchas de los pueblos de Colombia por defender sus territorios, y por hacer digno su trabajo, no se han reducido a lo jurídico, de una manera u otra entienden que sus proyectos de vida (ajenos a los hipermercados, los televisores y los tanques de guerra) se fundamentan en el reconocimiento a su autonomía, en el principio de autodeterminación, en la posibilidad de construir sus propias relaciones con la naturaleza. Para muchos movimientos y organizaciones está claro que la supervivencia depende de correlaciones de fuerzas favorables, y para ello es necesario poner a jugar la desestabilización del sistema que viene con las movilizaciones masivas y la protesta en las calles. En los últimos años, tal vez la expresión más genuina de las tensiones que padecen los movimientos populares frente al sistema es la Minga de los Pueblos (que nació como la Minga Indígena), que parte de la necesidad de abrir espacios de reencuentro y movilización, enriqueciendo la agenda social con elementos políticos y la denuncia directa sobre el accionar de las multinacionales que afectan sus territorios. Puede que los elementos de la Minga no sean nuevos, pero no puede dejar de sorprender una movilización masiva tras varios años de la más dura represión y guerra sucia desde el establishment. (PULIDO, 2009, p.33)

Torna-se de suma importância destacar que as principais vítimas do processo ocorrido em Naya foram as mulheres, reforçando ainda mais a estrutura patriarcal consolidada pelo discurso eurocêntrico, pelo puritanismo estadunidense e das elites colombianas.

Assim, o relato publicado em *Verdad Abierta* apresenta as ações desses atores afetados após o ocorrido:

Los desplazados huyeron hasta pueblos del norte del Cauca y la mayoría de las víctimas, mujeres, niños y niñas, permanecieron meses hacinados en varios centros de acogida, pero paulatinamente la mayoría de la población, en una decisión colectiva de

resistencia decidió retornar al Naya poco a poco. Actualmente la mayoría de las mujeres indígenas víctimas de la Masacre del Naya se encuentran reasentadas en el resguardo de Kitek Kiwe, municipio de Timbío. De esta masacre y arremetida paramilitar, sólo han sido reconocidas por el Estado como víctimas a 42 personas, frente a las 100 que fueron denunciadas por la comunidad. Hoy en día más de 50 personas de la región del Naya permanecen desaparecidas. Sus víctimas (de la masacre) han manifestado públicamente que la intervención paramilitar fue alentada por sectores interesados en abrir la zona a la explotación mineral. (VERDAD ABIERTA, 2013, não paginado)

A partir dessas premissas, o próximo capítulo abordará como o CRIC lida com esses aspectos gerais da região indígena caucana, bem como as visões de mundo sobre o conflito colombiano e das ações que a afetam diretamente, tais como os deslocamentos forçados, massacres, paramilitarismo e guerrilhas.

Por conseguinte, as implicações da política externa estadunidense aliada aos narcopresidentes e a estrutura de legitimação de extermínios de povos não anexados ao civilismo, que o Estado colombiano almeja para ser aceito no seio do imperialismo “desenvolvido”, complementarão o aporte teórico desse estudo.

### 3 O INDÍGENA COMO ESCUDO: O CASO DE NAYA E AS RELAÇÕES DO ESTADO COM O PARAMILITARISMO

*“Manifestamos que los actos demenciales perpetrados por los paramilitares en la región del Naya tienen los mismos antecedentes y causas que han marcado toda nuestra historia desde la invasión y conquista de América hasta la más reciente violencia de los 50’s. Robar la tierra al indígena, al negro y al campesino, aumentar la mano de obra barata en los campos y en las ciudades...”*  
**Comunicado de los desplazados del Alto y Bajo Naya, em 15 de maio de 2001**

A partir da reorganização da Constituição colombiana no ano de 1991, uma perspectiva de paz surgiu para a população indígena, alvo de violentos ataques por parte da guerrilha e dos paramilitares.

Tal perspectiva se deu a partir da reforma agrária e do processo de títulos coletivos de terras, pressupostamente incluindo os não pertencentes ao Estado nacional colombiano, esse abstrato ente aglutinador de heterogeneidades, que busca incessantemente se homogeneizar.

Entretanto, observa-se no informe nº 2, publicado pelo Grupo Internacional de Trabalho de Assuntos Indígenas (IWGIA), a definição de Hierro e Jaramillo (2008b, p.4):

Esta potencial reforma agraria, producto de la titulación colectiva y de la aplicación de métodos pacíficos y legales, esperanza de reparación para tantas regiones, habría de convertirse al poco tiempo en motivo de persecuciones, exterminio y terror. Muchos de esos virtuales beneficiarios fueron, en efecto, condenados al desarraigo y, dispersos, luchan hoy a duras penas por sobrevivir.

Assim, a estrutura política do Estado, voltou-se contra a quem devia proteção, destacando que os reais interesses com a Constituição não pairavam sobre o discurso público de pluriethnicidade e diversidade, mas sim e novamente, nos processos históricos constitutivos do Estado-nacional, com a real intenção de homogeneizar os povos não anexados aos ideais do Estado nacional colombiano, ao preço de seu sangue e vida, caso não concordassem.

Todavia, o caso da região de Naya carrega um aspecto singular sob a análise da legislação, pois a região que vivenciou o massacre em 2001, naquela ocasião sequer havia conseguido o título coletivo de terras.

Historicamente, a região de Naya foi ocupada por indígenas, afrocolombianos e campesinos e a estrutura do massacre, perpetrada em 2001, evidencia as intenções do Estado nacional e seus aparatos paramilitares em relação a esses povos que, desde o ano de 1991, se empenham para assegurar que a Constituição seja orientada no âmbito indígena.

Dentre estas reivindicações, encontram-se a proteção de direitos, territórios e formas organizacionais, bem como sua soberania e libertação de uma guerra entre outros entes sociais, que reverberará nesses povos de Naya, tornando-os escudos de ambos os lados, e, conseqüentemente, a população mais atingida em uma guerra na qual só atua como vítima.

Assim, “la tierra, esa tierra en proceso de ser adjudicada por el propio Estado en zonas aledañas, se convertiría, antes de culminado el proceso legal, en objeto de codicia de todos los actores armados. Una conquista social se convertía en una maldición”. (HIERRO; JARAMILLO, 2008c, p.4).

Dessa forma, o percurso permeado pelas políticas do Plano Colômbia, com o intenso avanço das políticas de fumigamento e deslocamento forçado, bem como a legitimação de massacres do discurso exterior estadunidense, reorientado para ataque e dizimação de grupos terroristas, acessa o território colombiano por meio do presidente Álvaro Uribe Velez, corroborado pelas afirmações a seguir:

¿Es simple casualidad que una población compuesta mayoritariamente de indígenas y afros fuese diezmada de manera tan brutal? La codicia por el territorio parecería combinarse en este caso con una mirada profundamente racista, arrastrando a los actores armados a comportarse como fuerzas de exterminio de las diferencias y llevándolos a perpetrar un verdadero genocidio. (HIERRO; JARAMILLO, 2008d, p.5)

A condição de escudo é comprovada não somente no aspecto da violência contra os indígenas, mas também na execução de estratégias para minar os recursos naturais e obrigá-los a deslocar-se para outras regiões.

Assim, encontra-se na crônica vencedora do concurso *Que la Paz te toque*, organizado pela Fundación Mi Sangre (FMS):

El 10 de abril de 2001, Lisinia Collazos se levantó a las 2:00 de la mañana para preparar los desayunos del restaurante que atendía en Patiobonito, una vereda del Alto Naya en el Norte del Cauca. Sus clientes acostumbraban a llegar a las 4:00 de la mañana, sin embargo ese día no apareció nadie. Lisinia estaba muy extrañada. A las 5:30, en cambio, llegaron paramilitares del Bloque Calima y rompieron las bolsas de arroz y de lentejas, regaron el aceite, mezclaron el azúcar con la sal y el frijol y el maíz con la comida de los caballos. Un atisbo del viacrucis que se avecinaba. (CORREA, 2016, não paginado)

Diante dessas afirmativas, os povos indígenas e outros da região articulam-se não somente por meio da justiça estatal, mas, sobretudo, guiados pelos princípios comunitários que os regem e os organizam socialmente. O CRIC, nesse contexto, pode ser considerado uma estrutura de articulação claramente orientada dos povos para os povos através das estruturas que serão aqui apresentadas na figura 2 (p.36)

#### 4 RESISTIR PARA EXISTIR: UNA MIRADA ADELANTE DEL CRIC

Torna-se fundamental compreender o contexto histórico que o CRIC foi organizado, a partir de 1971, permeado pela perspectiva indígena que contempla uma mirada *desde abajo* ou desde os próprios indígenas caucanos.

Em conferência realizada no dia 26 de outubro de 2009, na *The Renaissance Charter School, Queens*, Nova York, EUA, o líder indígena Rafael Coicué<sup>11</sup>, descreveu brevemente a construção histórica do movimento das mingas populares e indígenas colombianas, articuladas a partir de 1991.

Demandadas pelos indígenas a fim de garantir seu autogoverno nas comunidades não-anexadas ao Estado-nacional colombiano, as mingas populares foram marchas organizadas pacificamente e levaram até as ruas de Bogotá de 45 a 60 mil pessoas, com o intuito de serem ouvidos pelo presidente Álvaro Uribe Vélez. (RICO, 2013).

Esses movimentos passaram por diversas mudanças internas, construindo células indígenas, campesinas, afrocolombianas e, posteriormente, a estruturação interinstitucional, tendo como temática central a violência, os deslocamentos forçados e os massacres, que era mais potencializada na região caucana devido à ativa ação do CRIC.

No início da narrativa, o líder indígena Nasa aponta quatro momentos da trajetória da organização indígena na região caucana, ou em seu caso, na região do Nilo:

Somos un proceso de movimiento social pues que tiene una larga trayectoria de lucha, de resistencia, de construcción y busca de un mundo mejor. Nesse sentido, hemos tenido unas cuatro etapas de trabajo y la resistencia. Desde 1492, 1600 con La gaitana, 1700 con Juan Tama, 1800 con el empieza de la república o independencia, 1900 con Manuel Quintín Lame y finalmente con el nacimiento de el CRIC en el 1971. (COICUÉ, 2009, não paginado)

Nessa análise, Coicué apresenta a formação inicial do CRIC, no ano de 1971, descrevendo os sete pontos reivindicatórios:

El primero sería la recuperación de tierras, recuperación de los cabildos, no pago de pedaje, conocer la leyes sobre indígenas, educación propia, salud, fortalecer las economías comunitarias propias, la parte ambiental y finalmente estamos trabajando hoy todo sobre que es juventud y familia. Esos son como la plataforma y lo programa que la organización indígena a iniciado. (COICUÉ, 2009a, não paginado).

A partir dessas assertivas, buscou-se analisar brevemente o que o CRIC representa na defesa dos direitos humanos das populações indígenas da região, bem como observar as

<sup>11</sup> Segundo a descrição do canal de inserção do documentário, Rafael Coicué é um líder indígena da comunidade Nasa, do Departamento de Cauca, sobrevivente do massacre do Nilo ocorrido em dezembro de 1991, em que vinte indígenas, inclusive seu irmão, foram brutalmente por paramilitares em conjunto com a polícia nacional e os fazendeiros latifundiários da região.



interpretações, dispostas no site oficial<sup>12</sup>, sobre os massacres e deslocamentos forçados que ocorrerão no processo descrito neste estudo monográfico.

Atualmente, o CRIC acrescentou aos pontos reivindicatórios descritos por Coicué: “fortalecer las empresas económicas y comunitárias, defender los recursos naturales y ambientales de los territorios indígenas e fortalecer la Familia. “ (CRIC<sup>13</sup>, *on-line*, não datado).

Nesse sentido, as construções políticas que orientaram o CRIC, desde a fundação, vinculam-se a determinadas defesas específicas, como sua plataforma de luta aponta, tornando-se essencial, no entanto, apresentar sua estrutura de organização política.

Tal estrutura tem sido orientada em dois polos de ação e organização: os cabildos e as associações. Evidentemente, uma não exclui a outra, mas antes, se somam para aglutinar força para uma organicidade dos indígenas em suas reuniões.

Para o CRIC, “el cabildo es la unidad básica de gobierno indígena en el Cauca, tiene reconocimiento de la comunidad como Autoridad Tradicional y la legislación le dio categoría de Entidad Especial del Estado colombiano para administrar los territorios Indígenas. ” (CRIC, *on-line*, não paginado).

No tocante as associações, há um vínculo direto com a ideia dos cabildos, que se compreende como fator determinante para o êxito dos mesmos:

Para asuntos eminentemente de coordinación y administración zonal nos hemos venido organizando en Asociaciones zonales de cabildos, cabildos mayores y Consejos Territoriales. En la actualidad existe unidad orgánica con siete zonas, de las cuales cinco cuentan con Asociación de cabildos; en oriente se creó a finales de 1999 un Consejo Territorial Indígena y en el sur la figura se conoce como Cabildo Mayor Yanacona. (CRIC, *on-line*, não paginado).

A estrutura política oficial do CRIC dispõe as zonas e as associações zonais dos cabildos, a fim de demarcar os espaços de ocupação da organização, como poderá ser observado a seguir:

## **Figura 2 - Estrutura política oficial do CRIC**

<sup>12</sup> Site oficial do CRIC. Disponível em: < <http://www.cric-colombia.org/>>. Acesso em: 30 out.2016.

<sup>13</sup> Todas as citações neste capítulo, referentes ao CRIC, foram embasadas no site oficial.



<b>ZONAS INDIGENAS</b>	<b>ASSOCIAÇÕES</b>
<b>Zona Centro</b>	Asociación de resguardos indígenas “Genaro Sánchez”, Resguardos de Puracé, Kokonuko, Paletará, Poblazón, Quintana y Alto del Rey
<b>Zona Norte</b>	Asociación de Cabildos Indígenas del Norte, ACIN, Resguardos de Toribío, Jambaló, Tacueyo, San Francisco, Munchique Los Tigres, Canoas, La Paila, Concepción, Las Delicias, Huellas, Corinto y La Cilia
<b>Zona Nororiente</b>	Asociación de Cabildos Ukawe’s’ Nasa C’hab, resguardos de Caldono, Pueblo Nuevo, Pioyá, La Laguna, La Aguada San Antonio y Las Mercedes
<b>Zona Oriente</b>	Consejo de Autoridades Tradicionales Indígenas del Oriente caucano, COITANDOC <sup>15</sup> que reúne los municipios de Silvia, Totoró y Piendamó, con los resguardos de Quichaya, Quizgó, Pitayó, Jebalá, Ambaló, Tumburao, Totoró, Paniquitá, Novirao, Polindará y la María
<b>Zona Tierradentro</b>	Asociación de Cabildos Nasa Cha Cha, municipio de Páez, resguardos de Mosoco, Vitoncó, San José, Lame, Suin, Chinas, Tálaga, Toez, Avirama, Belalcazar, Cohetando, Togoima, Ricaurte y Huila
<b>Asociación de cabildos Juan Tama</b>	Municipio de Inzá, resguardos de Santa Rosa, San Andrés, La Gaitana, Yaquivá, Tumbichucue y Calderas
<b>Zona Occidente</b>	Asociación de Autoridades Indígenas de la Zona Occidente-ATIZO, Resguardos de Agua Negra, Chimborazo Honduras y cabildo guambiano de San Antonio
<b>Zona Sur</b>	Cabildo Mayor Yanacona, Resguardos de El Moral, El Oso, Frontino, Santa Rosa, Caquiona, Guachicono, Pancitará, Rio Blanco y San Sebastián
<b>Zona Pacífico</b>	Con la creación de OZBESCA Y ACIESCA como asociaciones de cabildos, el CRIC ha regularizado la coordinación con esta zona, principalmente para asuntos de salud y negociación con el Estado colombiano
<b>Zona Bota Caucana</b>	Es necesario aclarar que por inconvenientes de tipo geográfico y de recursos, la coordinación es difícil, aunque se mantienen niveles de relación que, sin ser óptimos, permiten contribuir a solucionar sus problemáticas Es mandato del X congreso fortalecer la unidad con los grupos étnicos que allí están asentados

Fonte: Site oficial do CRIC.

Portanto, o que se propõe é uma organização não externa ao Estado colombiano, todavia, com autonomia para propor e regulamentar suas normas, regras, tempos, culturas e festejos e diversas outras perspectivas que o estado colombiano não só lança mão de legitimar como parte de sua estrutura étnica, como o faz com interesses evidentemente raciais.

Nesse sentido, a compreensão de Quijano<sup>16</sup>, demandando a proposta de uma divisão racial do trabalho na conquista do continente americano, reflète de forma palpável na estrutura e organização do Estado e suas instituições, reiteradamente colonializadas pelos discursos e práticas controladores e homogeneizadores da cultura.

<sup>15</sup> Consejo Territorial de Autoridades Indigenas del Oriente Caucano.

<sup>16</sup> Cf.; Citação à página 9, na parte introdutória deste estudo.

Para além da estrutura organizativa, o CRIC adota projetos culturais específicos e com características determinantes para o êxito na plataforma de lutas propostas.

Nesse sentido, destaca-se, atualmente, a organização de cinco programas culturais específicos: *Programa Mujer*, *Programa de Salud*, *Programa de Mayores*, *Programa de Educación* e *Programa de Jóvenes*.

O *Programa Mujer* foi criado a partir das propostas do IX Congresso do CRIC, realizado no ano de 1993, a partir do entendimento de que era necessário:

[...] propiciar el mejoramiento de las condiciones de vida de las mujeres indígenas del departamento del Cauca de una manera integral para que desde su especificidad como mujeres aporten a los procesos comunitarios y a su plan de vida de una manera consciente, propositiva y activa en todos los espacios de la comunidad como una forma de reivindicar los derechos de los pueblos en resistencia y lograr así una comunidad equilibrada, armónica y soberana. (CRIC, *on-line*, não paginado).

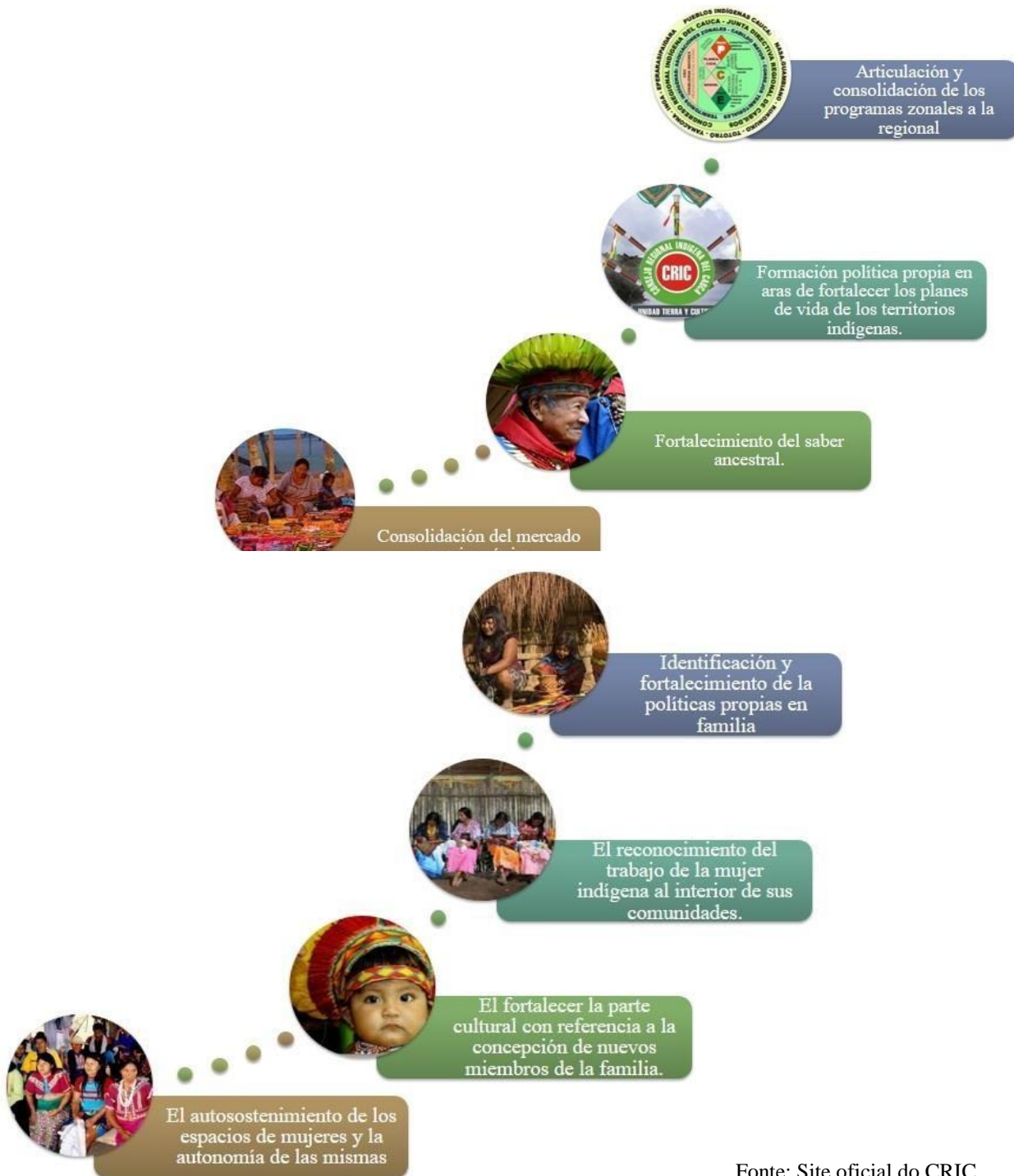
Advindo desse programa, surgem alguns propósitos, tais como:

**Organización:** Crear condiciones para el desarrollo organizativo de las mujeres.  
**Capacitación:** En lo Política-Organizativo, Social- cultural y económica.  
**Investigación:** Reconocimiento y promoción de nuestras cosmovisiones. Conocer la situación de las mujeres y los avances en los procesos iniciados. Simbología en los tejidos de los pueblos indígenas del Cauca. (CRIC, *on-line*, não paginado).

Sua ação se coloca frente a um Estado patriarcal, que gera diversos dispositivos de controle sobre o corpo e as ações femininas, sendo de extrema importância a organização das mulheres, como apresentado neste estudo, considerando que as mulheres e as crianças tendem, via de regra, a serem mais prejudicadas não só pelos deslocamentos forçados, massacres e violações sexuais, como também com a perda de seus companheiros em uma guerra ao qual não foram convidados ou aceitaram fazer parte.

O programa descreve oito pontos de articulação, indispensáveis para as pessoas organizadas dentro do *Programa Mujer*, que serão dispostos a seguir:

**Figura 3** – Articulações indispensáveis – *Programa Mujer*



Fonte: Site oficial do CRIC.

Sobre o *Programa de Salud*, o CRIC (*on-line*, não paginado) refere que “sin lugar a dudas fueron las condiciones de marginalidad y pobreza las que vulneraron nuestra salud, y afectaron nuestra armonía y bienestar. ”

Dessa forma, os indígenas organizados no CRIC entenderam que havia dois problemas-eixos diferentes no tocante a saúde, expondo assim que

Dos problemas se han distinguido en asuntos de salud para la organización, la discriminación hacia los comuneros indígenas en la prestación de los servicios de salud del Estado y la persecución a los saberes médicos tradicionales, por lo cual el Programa de Salud ha buscado, a través de diferentes formas de relación con las instituciones, el reconocimiento de los derechos generales de ciudadanía y particulares indígenas aplicados a salud en las legislaciones vigentes en distintos momentos de la Historia del país. Cuando esto se ha logrado ha sido necesario hacer un seguimiento permanente con el fin que respeten las normas y poder exigir su cumplimiento. La otra exigencia ha sido el reconocimiento y garantía al ejercicio de los recursos propios de salud indígena, the walas, partera, sobanderos y yerbateros entre muchos otros.

Essa distinção se faz necessária, pois, a marginalização e discriminação que os indígenas e seus saberes sofrem, retratam a perspectiva do entendimento de saúde que a modernidade europeia trouxe ao continente, sobretudo vinculada à ideia higienista de limpeza social.

Assim, a medicina ancestral passa a ser criminalizada por não ter uma abordagem científica ou, subentende-se, não há uma grande multinacional farmacêutica por trás dos processos de controle dos corpos e afetos através da drogadição legal dos fármacos patenteados pelas mesmas, logo, criminalizar outras formas de tratamento inclusive com os dispositivos legais do Estado, torna-se premissa para uma deslegitimação da tradição indígena.

Nesse sentido:

Estos dos ejes han permitido ir construyendo las otras líneas de acción que actualmente tiene el programa de Salud y que forman parte de nuestro PROYECTO DE SALUD INDÍGENA DEL CAUCA, estas son: Medicina Tradicional Indígena, Territorio y Salud, Organización comunitaria en salud, Alimentación y salud, Etno investigación en salud, Capacitación, Relaciones con el estado y la medicina occidental. (CRIC, *on-line*, não paginado)

O *Programa de Salud* teve origem no ano de 1982, advindo da necessidade de uma atenção em saúde de acordo com as realidades culturais, formas de vida e costumes dos povos indígenas, com o objetivo de reivindicar a medicina tradicional e os saberes ancestrais.

Segundo o CRIC, esse programa surgiu, ainda, da exigência do Estado para o cumprimento das disposições legais previstas na Resolução 10013/1981, que versa sobre a prestação dos serviços de saúde em zonas indígenas.

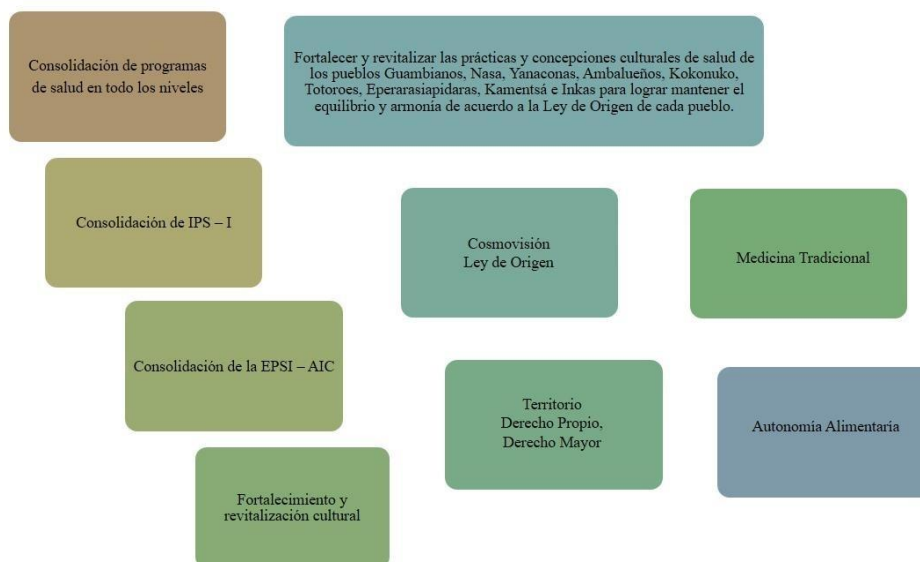
No tocante a autonomia alimentar, os atores desse processo apontam dois fatores determinantes para esse ponto como indispensável:

Tiene por objeto fortalecer los aspectos nutricionales de la comunidad, mediante la recuperación de la alimentación propia, la educación en nutrición, la preparación de alimentos, el apoyo a la diversificación de la huerta familiar con las semillas tradicionales y el intercambio de productos a través de los TRUEQUES. Es una **estrategia de Resistencia de los pueblos indígenas** a la situación de crisis social y política del país, a las tendencias capitalistas, del consumismo y a las políticas de globalización (TLC, semillas transgénicas). (CRIC, *on-line*, não paginado)

Assim, a autonomia alimentar torna-se necessária para uma reconstrução dos modelos instalados na Colômbia, rompendo com fatores externos como o TLC e a constante invasão dos espaços pelas multinacionais como a Monsanto<sup>17</sup> e suas sementes transgênicas.

O programa de autonomia alimentar elenca nove (9) pontos indispensáveis de articulação para os dois eixos mencionados, descritos a seguir:

**Figura 4** – Programa de Autonomia alimentar



Fonte: CRIC, não paginado

O programa dos anciãos denominado “*Desde el fogón de los mayores*” porém, os áudios para elucidação do programa não estão mais disponíveis nas redes, criando uma lacuna no site oficial, bem como os documentos lançados pelo CRIC.

O *Programa de Educación*, segundo o CRIC, tem como objetivo e missão:

<sup>17</sup> Cf. Para melhor compreensão do processo da Monsanto na Colômbia, após o Tratado de Livre Comércio assinado com os EUA, recomenda-se ver o documentário 9.70 de Victoria Solano. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=kZWAqS-El\\_g](https://www.youtube.com/watch?v=kZWAqS-El_g)>. Para análise detalhada sobre as ações da Monsanto no mundo, o documentário *O mundo segundo a Monsanto* de Marie-Monique Robin. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=-WxpjH7XiGE&ab\\_channel=AMHIRO3](https://www.youtube.com/watch?v=-WxpjH7XiGE&ab_channel=AMHIRO3)>. Acesso em: 27 nov.2016.

Defender la historia, la lengua y las costumbres, es el punto sexto de la Plataforma de Lucha o Programa de Trabajo CRIC, planteado en 1971 para resolver problemas de educación detectados en esa década, entre los que destacamos la insuficiente y a veces nula cobertura estatal. Luego observamos la inconveniencia de la educación formal que se aplicaba en nuestras comunidades y por ello planteamos, a mediados de los ochenta, comprometer al Gobierno de Colombia en la implementación de una educación desde la cosmovisión de los pueblos indígenas; es decir una educación que promoviera la recuperación de nuestra identidad, nuestro territorio y nuestras prácticas culturales, valorando y reconociendo la importancia de nuestras lenguas nativas”. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Como consequência da organização e dos pontos de defesa da cosmovisão indígena, se deu origem aos programas de Etnoeducação, com o apoio dos cabildos e agências de cooperação internacional.

Além disso, o sétimo ponto de luta da plataforma dialoga diretamente com essa frente, posto que define como “formar professores indígenas”. Assim, para o CRIC, “como logros de ese primer período se pueden establecer el nacimiento de las escuelas bilingües, la emisión del Decreto 1142 y la consolidación del programa de educación del CRIC”. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Cabe salientar que o *Programa de Educación* indígena rompe completamente com os modelos eurocentrados e seriados, uma história linear que pressupõe uma educação civilista, como se observa neste excerto:

Desde un comienzo se asumió la educación escolarizada cuya expresión principal era la escuela, la cual había influido decisivamente en la desintegración social de las comunidades y de sus respectivas culturas. Razón ésta que nos hizo replantear sus lineamientos, enfoques, métodos, contenidos, formas de administración, evaluación y control dando especial importancia a la educación para los niños. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Denota-se, ainda, que a Educação é de extrema relevância para o CRIC, considerando a forma de organização de suas instituições educacionais, sob uma estrutura coletivista e menos hierarquizada, evidenciada na descrição do eixo do programa:

Poco a poco fuimos ubicando los principales obstáculos y deficiencias por superar. Fue entonces necesario, remitirnos al corazón mismo de las comunidades, a sus autoridades, a sus niños, niñas, jóvenes mujeres y hombres, preguntar, conocer, asesoramos e iniciar el diseño de planteamientos que orientan el desarrollo educativo y curricular. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Como observado, tornou-se necessário compreender, no seio das famílias, como o espaço escolar era concebido, para compreender o que orientaria o desenvolvimento da Educação, assim descrito:



El espacio escolar concebido como una continuidad coherente del espacio familiar requería de organización curricular consecuente. Implicaba abordar la escuela desde el aspecto organizativo como proyección comunitaria, desde el aspecto cultural, identificando su papel y formas de expresión de identidad que la caracterizan y desde el aspecto pedagógico, reconociendo las formas de enseñar y aprender nutriendo desde ellas la nueva acción escolar. La conjunción de estos procesos, contextos y sujetos conduce a que el currículo haga una búsqueda tanto pedagógica como de carácter cultural y político. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Todavía, apesar dos avanços nas construções coletivas das organizações reunidas dentro do CRIC, verifica-se a presença do Estado, que se coloca como um óbice na garantia desses direitos, defendidos desde a fundação do CRIC e sobretudo a partir da Constituinte de 1991.

Dessa forma, o programa do CRIC traz à tona que:

Actualmente la educación indígena en el Cauca ha alcanzado niveles fundamentales como alternativa educativa para todos los pueblos indígenas, aportando, inclusive, a la políticas y desarrollos nacionales. Sin embargo a nivel institucional, pervive la incapacidad del Gobierno nacional para brindar salidas efectivas a su compromiso de garantizar el derecho a la educación que tenemos como pueblos indígenas. Es visible la inoperancia estatal y la falta de voluntad política del gobierno para cumplir con sus compromisos, situación que hace que a pesar de nuestros avances la educación continúe en manos de agentes externos a nuestras comunidades. (CRIC, *on-line*, não paginado)

O *Programa de Jovens* foi organizado para formação dos jovens, na conjuntura de todos os programas anteriormente citados, além de formar jovens lideranças para o enfrentamento ao Estado, aos paramilitares e as guerrilhas, para a gestão dos espaços que ocupam, como os cabildos, ou as frentes de segurança das zonas que compreendem o CRIC.

Nesse sentido, o programa aponta a investigação dos programas a fundo pela juventude, a fim de compreender o fator histórico que os organiza.

La investigación es el mayor interés marcado en el espacio de la espiritualidad en la recuperación de formas propias afianzando la simbología, la medicina propia, aportando al tema de la autonomía alimentaria, educación propia, salud indígena en fin, una serie de caminos que conllevan a que el derecho mayor permanezca en la práctica y se lucha para que los derechos humanos hechos de occidente logren de alguna manera integrarse o armonizarse con las leyes naturales, teniendo en cuenta que el ser humano es uno más en la integralidad natural, es un hermano más, que ayuda a su madre tierra, no puede pensarse que los DDHH solo deben estar en los momentos de conflicto armado; tales como masacres, desplazamientos, muertes de lesa humanidad, crímenes de Estado; debe velar para que los derechos sociales, económicos y culturales para que puedan entenderse desde el pensamiento indígena de acuerdo a sus leyes naturales, no puede pensarse por separado, enfocar los derechos fundamentales de una manera integradora como ejercicio para la permanencia de las expresiones de vida. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Devido às especificidades de cada zona, os jovens organizados no CRIC entendem que “El proceso en cada zona ha determinado y legitimado desde los programas locales un grupo de coordinadores juveniles por zonas que se reúnen continuamente y articulan el trabajo a nivel regional. ” (CRIC, *on-line*, não paginado).

Por meio dessa articulação na esfera regional, expõe-se as necessidades de cada zona, a fim de fortalecer a todos de maneira coletiva, e ao mesmo tempo específica a cada zona.

Das articulações regionais e dentro do congresso geral do CRIC, o programa de jovens aponta três pontos basilares do programa:

Sería una organización juvenil dentro de la organización indígena regional. No necesita determinar principios ni fines puesto que se sustentaría en los principios de la organización (unidad, territorio, cultura y autonomía) y en los nueve puntos de la plataforma de lucha de la organización. Sería un programa liderado por jóvenes con el acompañamiento de las autoridades y mayores dedicado a fortalecer la organización indígena a través de la formación y concientización de la juventud. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Tais premissas evidenciam o processo de construção coletiva, vinculado a plataforma de luta geral do CRIC, e se soma à articulação de forma direta com as comunidades, além de gerar possibilidades do não afastamento desses jovens das comunidades, a fim de buscarem enclausurar-se nas academias brancas do pensamento.

Além dos programas temáticos no âmbito cultural, o CRIC fomenta uma política econômica própria, que se articula através da compreensão de que “La economía tradicional de los pueblos indígenas parte del concepto de integralidad que no admite tratar lo económico como una variable independiente pues está relacionado con los demás aspectos de su proyecto de vida (Cultural, político, social). ” (CRIC, *on-line*, não paginado).

Isso se deve também, como referência o CRIC, ao “”apoyo de las agencias de cooperación internacional y la exigencia al estado colombiano nos ha posibilitado capacitarnos y proyectar una gestión autónoma con administración propia, es decir una gobernabilidad en función del crecimiento como pueblos indígenas. ”

A estrutura organizativa se baseia, sobretudo, nos pontos principais do CRIC em sua bandeira: Unidade, Terra e Liberdade, e, assim fundamentado:

El proyecto Económico se viene adelantando bajo la responsabilidad de los equipos del programa de producción, con énfasis en Asistencia técnica a grupos; empresa comunitarias, núcleos familiares, colegios agrícolas, asociaciones y cabildos, en donde se ha contribuido a la estrategia política más que en el mejoramiento de los aspectos puramente formales de la economía capitalista, tanto que hoy se trabajan proyectos de sustitución de cultivos ilícitos, complementación de planes ambientales base de proyectos de economía propia. Iniciativas éstas que son apoyadas por las comunidades debido a que con ellas las familias encuentra alternativas de trabajo que

evitan la emigración de los jóvenes, pero principalmente que no sean objeto de seducción de los actores de la violencia: narcotráfico, paramilitares o guerrilla. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Nesse sentido, o projeto econômico tem se orientado sob o viés da luta contra a produção da guerra contra os indígenas, de ambos os lados do conflito, o que possibilita refletir que, por meio dessa estrutura econômica, não somente se rompe com o capitalismo e suas formas articuladas de controle dos corpos e capitais, como também das estruturas institucionais legalizadas nos cenários de guerra, tais como o Plano Colômbia, que afetou os cultivos ilícitos e os lícitos ou, ainda, a produção de café do Cauca, foi afetada pelos fumigamentos.

O CRIC aponta no projeto, ainda, a importância do Fondo Rotatório Indígena, como sendo uma das experiências mais exitosas nas propostas econômicas da associação. Dessa experiência para eles, se confirmou a necessidade e a validade de economias de tipo solidárias.

Além da demanda pela economia própria e, sobretudo solidária, surgem demandas de organização política e estrutura e, assim, o CRIC coloca em pauta o seu projeto político de e para os indígenas de Cauca, sob a ordem de três programas: *Programa de Capacitación*, *Programa de Comunicaciones* e *Programa Jurídico*.

O *Programa de Capacitación* desponta como parte da difusão dos processos de desenvolvimento dos aspectos culturais e econômicos, pois, como coloca o CRIC:

El equipo de capacitación nace en el momento en que los líderes de la organización se percatan del desconocimiento y del olvido de los comuneros frente a sus derechos, que las tierras de resguardo les pertenecían, que sus autoridades debían atender los requerimientos de la comunidad y no las exigencias del cura doctrinero o del compadre político, que la tierra producía para beneficio de la colectividad y no para mejoramiento de solo una familia, es decir que aunque muchas cosas propias de la cultura estaban vigentes no se hacían evidentes ni se usaban para fortalecer el colectivo, de ahí la importancia de un programa de capacitación, el cual debía poner en evidencia esos olvidados y hacer que la gente saliera de su adormecimiento y activara sus acciones en perspectiva de mejoramiento social, económico y cultural. (CRIC, *on-line*, não paginado)

O CRIC reforça, ainda, a construção coletiva desse programa de uma resistência desde dentro (das comunidades indígenas), afirmando que:

La responsabilidad de este equipo la tiene el Comité Ejecutivo, asumida como jornadas de concientización política en donde la crítica gubernamental, el cambio de las estructuras del Estado, la recuperación cultural territorial y la defensa de los derechos humanos y étnicos, así como la búsqueda de la autonomía frente a nuevos modelos de desarrollo económico y político del país son su fundamento. La principal dificultad que percibe el programa de capacitación se refiere a la carencia de una información sistematizada que coadyuve a organizar programas e intereses, acordar líneas de acción para el conjunto y asumir iniciativas del orden regional, nacional e

incluso con otros sectores, como en el Caso del Territorio de Convivencia, Diálogo y Negociación de la Sociedad Civil con el Gobierno colombiano. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Nesse sentido, compreende-se que, por meio de uma estrutura que legitima o apagamento histórico dos indígenas como é a organização do Estado e o que ele entende como identidade nacional, torna-se quase inviável a possibilidade de uma capacitação que vise uma organicidade que exclua esses entes que trabalham na lógica de deixar o indígena como ser fora dessa identidade, ou se o incluem, tem claro interesse no indígena como dependentes ao processo e reiteradamente vistos pelo Estado como sujeitos a serem assimilados, mesmo tendo claro a impossibilidade desse fator.

Dessa necessidade de criar a possibilidade por si mesmos, os indígenas reunidos no CRIC articularam o *Programa de Comunicaciones*, assim descrito:

El Programa de Comunicaciones del Consejo Regional Indígena del Cauca -CRIC, viene desarrollando diversas actividades en el diseño e implementación de estrategias de comunicación para el fortalecimiento de los colectivos de comunicación en cada una de las zonas indígenas del Departamento del Cauca. Del mismo modo, el CRIC apoya la Asociación de Medios de Comunicación Indígena de Colombia (Red-AMCIC), creada a finales de la década de los noventa con el objeto de fortalecer colectivos de comunicación, especialmente el proyecto de radio indígena, que promueve la difusión de identidades locales, sus conceptos de vida y la convivencia; asumiendo la diversidad cultural como la riqueza, mas importante del Cauca y Colombia. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Em outro trecho do programa, o CRIC explana sobre os planos de ação, em sincronia com a temática aborda neste estudo, reverberando sobretudo, a ideia da identidade nacional e a limitação que esse elemento causa ao movimento indígena que vive e se organiza de formas distintas aos moldes eurocentrados e globalizados:

Hoy, seguimos en el fortalecimiento de estos proceso a través de la movilización social e institucional hacia la convivencia y asumiendo la diversidad cultural de manera respetuosa, donde podamos superar formas de concebir nación, en particular aquellas herencias de las políticas de unificación del Estado y del mundo que promueven la exclusión, represión o desvalorización de las diferencias culturales encarnadas en las comunidades locales y étnicas. Con la implementación de estrategias de comunicación diseñadas por los mismos actores sociales que puedan incentivar a la convivencia y a la participación comunitaria activa en su desarrollo. (CRIC, *on-line*, não paginado)

Nesse aspecto, percebemos que, para o avanço das ideias indígenas e de suas articulações autônomas, o eixo comunicação torna-se imprescindível, considerando a contemporaneidade e as formas de difusão locais possíveis.

O termo **glocal** foi empregado por Rocha (2014, p.157, grifo nosso), ao asseverar que “a lógica da relação local-global acabou resultando no “glocal”, uma espécie de interação, de intercomunicação entre o próximo e o distante pelas relações dos fluxos comunicacionais, através das redes, onde o global e local, se juntam e se separam propiciando novos significados para as identidades locais.

No tocante à comunicação externa, o CRIC indaga:

De esta manera seguiremos en la consolidación de los procesos organizativos y sociales de los Pueblos Indígenas (guambiano, nasas, Totoró, Kokonuco y Yanacona), población mestiza (campesina y urbana) y afrodescendiente, diseñando y ejecutando estrategias de comunicación para la movilización desde la cosmovisión que posibiliten consolidar planes, programas y proyectos que conlleven a mejorar las condiciones de vida y la participación en la construcción de un país para todos. (CRIC, on-line, não paginado)

Consoante a afirmação anterior, a organização estabelece seis objetivos da comunicação externa, a saber:

Hacer conocer el proceso organizativo. Movilizar denuncias y solidaridad oportuna y con compromiso. Intercambio de experiencias para aunar esfuerzos de resistencia y lucha. Información y movilización con otros pueblos. Hacer peticiones, denuncias y acercamientos con el gobierno nacional. Comunicados constantes a la opinión pública regional, nacional e internacional acerca de las múltiples problemáticas que tienen los pueblos indígenas. (CRIC, on-line, não paginado)

O *Programa Jurídico*, por sua vez, compõe-se de uma equipe de advogados e líderes proeminentes, que dão aconselhamento aos *cabildos* e comunidades indígenas sobre a legislação e aspectos de suas jurisdições, assistência aos processos penais para garantir que os direitos dos povos indígenas, para que sejam respeitados sem qualquer discriminação ao tentar recuperar suas terras.

Além disso, essa equipe analisa os avanços constitucionais e propõe projetos de lei ou decretos que permitam que as diretrizes da Constituição sejam implementadas.

Assim, o movimento se posiciona como uma mídia própria e alternativa, não só para os povos indígenas organizados no CRIC, mas, sobretudo, entre outras organizações, como as comunidades campesinas e afrocolombianas, no intuito de fortalecer uma luta pela autonomia e respeito a diversidade desses povos, inseridos em uma zona estatal excludente.

No âmbito da organização e suas estruturas, discorreu-se sobre a trajetória das organizações, impasses, impactos da violência e contestações ao sistema central de poder, que os oprimiu e os cotidianamente, que desencadeou sua auto-organização.

Após a apropriação dos conceitos revisados e discutidos, impõe-se a consecução do estudo, com a apresentação dos andaimes de toda investigação: o percurso metodológico.

## 5 PERCURSO METODOLÓGICO

Tratou-se de abordagem qualitativa, embasada na Etnografia, a partir de análise mais detalhada, em relação à experiência social de pessoas e de grupos.

Para Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa pode ser considerada um conjunto de conhecimentos, termos e pressupostos, que permeia vários acontecimentos históricos, situa o observador no mundo, transformando-o numa série de representações, em que o pesquisador estuda e busca entender/ interpretar os fenômenos, com base na aceção que as pessoas atribuem a algo específico.

Neste contexto, Goldenberg (2009, p.14), afirma que “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.”

Instrumentalizada por entrevistas, observações, complementada pela pesquisa documental e sob a perspectiva etnográfica, buscou-se que tal abordagem atendesse às especificidades da investigação científica proposta.

Ao elicitar sobre a importância das entrevistas, Goldenberg (2009a, p.47) aponta que evita vieses, “tornando difícil para o pesquisado a produção de dados que fundamentem de modo uniforme uma conclusão equivocada, e torna difícil para o pesquisador restringir suas observações de maneira a ver apenas o que sustenta seus preconceitos e expectativas. ”

Quanto às observações, Vianna (2007, p.30) refere a complexidade encontrada pelo pesquisador, especialmente na fase inicial do processo, para “compreender, de forma completa, a linguagem, os costumes e até mesmo os hábitos das pessoas sob observação, especialmente em função da especificidade do grupo. ”

Em relação à pesquisa documental, compreende-se que permitirá visão mais abrangente dos objetos estudados, observando as dimensões de tempo e compreensão social.

De acordo com Cellard (2008, p.295), “a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. ”

A escolha pela pesquisa etnográfica se deu a partir do interesse pela temática e a percepção das lacunas singulares na literatura, praticamente invisível, que envolvia as populações indígenas abordadas nesse estudo.

Dentre as pesquisas realizadas em publicações de autores variados, procedentes de diversificados campos do conhecimento, sobre o emprego da etnografia como método, optou-se pela síntese de Magnani (2009), que atinou com as questões norteadoras no desenvolvimento desta monografia e, indiscutivelmente, com o cerne da investigação.

O autor descreve que, embora a abordagem dos pesquisadores que desenvolvem um

estudo etnográfico enfatize diferentes ângulos, determinados significados são recorrentes:

O primeiro deles é uma atitude de estranhamento e/ou exterioridade por parte do pesquisador em relação ao objeto, a qual provém da presença de sua cultura de origem e dos esquemas conceituais de que está armado e que não são descartados pelo fato de estar em contato com outra cultura e outras explicações, as chamadas “teorias nativas”. Na verdade, essa copresença, a atenção em ambas é que acaba provocando a possibilidade de uma solução não prevista, um olhar descentrado, uma saída inesperada. (MAGNANI, 2009a, p.134, grifo do autor).

Segundo o autor, ainda, aquele que pesquisa não apenas se defronta com o significado dos arranjos do nativo, mas, ao apreender esse significado e ser capaz de recontá-lo com suas próprias expressões, poderá incorporar essa lógica aos padrões de seu próprio aparato intelectual e até mesmo de seu sistema de valores e percepção.

Complementa, por outro lado, a potencialidade da etnografia, descrevendo-a:

A etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente. Esse é um insight, uma forma de aproximação própria da abordagem etnográfica que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos. Trata-se de um empreendimento que supõe um determinado tipo de investimento, um trabalho paciente e contínuo ao cabo do qual e em algum momento, como mostrou Lévi-Strauss, os fragmentos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado. (MAGNANI, 2009b, p.135)

Ratifica Freire (2011, p.26) que nenhuma pedagogia realmente libertadora (neste estudo, a metodologia) pode apartar-se dos oprimidos, tornando-os seres desditados, alvos de um tratamento humanitarista, na tentativa da imposição de modelos/exemplos procedentes dos opressores, posto que “os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção.”

Entende-se, por conseguinte, que os processos de repressão, massacre, desalojo, sequestro, deslocamentos forçados, entre outros, somente serão enfrentados e superados tendo em mente a decolonialidade, tornando visíveis os dispositivos de poder e, como estratégia, a construção permanente das relações de saberes, ser, poder e da própria vida, completamente distintas.

## 5.1 ANÁLISE E APRECIACÕES

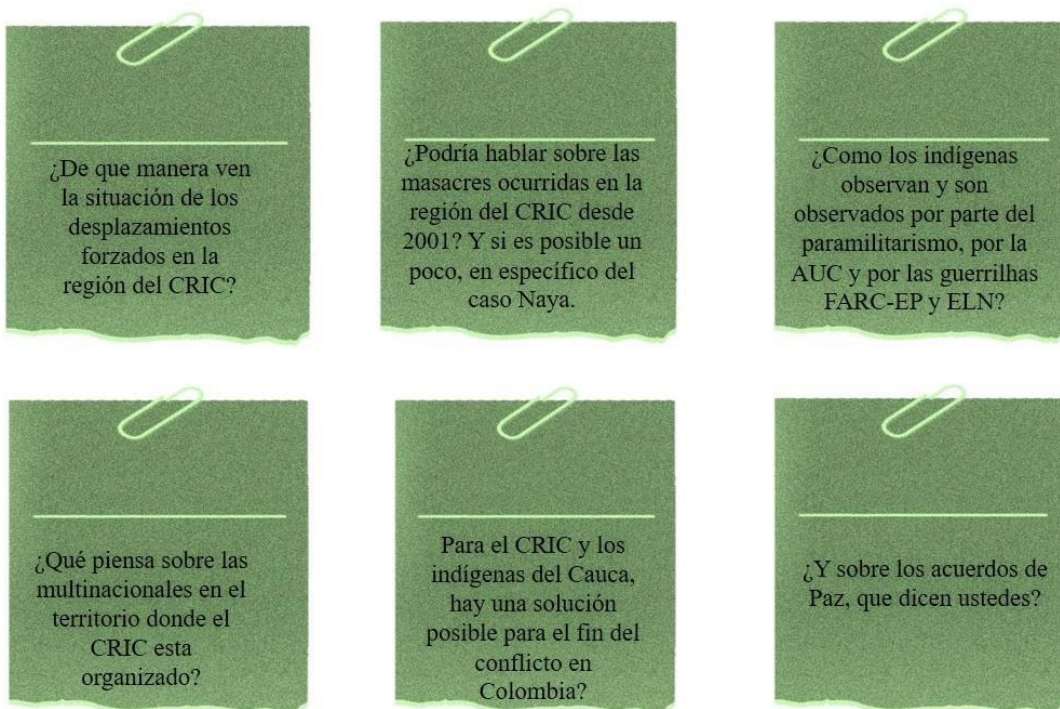
A entrevista coletiva foi realizada com quatro participantes vinculados ao CRIC, nos meses de outubro e novembro de 2016, na *Universidad Autónoma Indígena Intercultural* (UAIIN), em Popayán, capital do Departamento de Cauca/CO.



Nessa entrevista, os participantes responderam a seis (6) perguntas elaboradas pelos autores do estudo e concretizadas em colaboração com a estudante em mobilidade acadêmica (2016.2) na cidade de Popayán, Raquel Santos Sousa do curso de História – América Latina da UNILA.

Visando a elucidação do leitor, descreve-se imagetivamente os aspectos abordados nas entrevistas, a seguir:

**Figura 5** – Síntese das questões de pesquisa



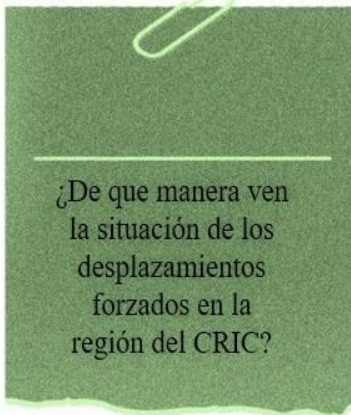
Fonte: Os autores, 2016.

Tais questões permitiram observar as perspectivas dos colaboradores sobre a temática desenvolvida neste estudo e, visando a segurança e preservação de suas vidas e cotidianidades, nomes fictícios serão utilizados: **Marcos, Galeano, Moisés e Ramona**<sup>18</sup> (grifo nosso).

Inicialmente, todos se apresentaram e, após a primeira questão dirigida aos participantes da entrevista coletiva, no que dizia respeito aos deslocamentos forçados, imediatamente todas as outras temáticas surgiram dentro do discurso e da prática diária em que estão imersos os povos indígenas da região de Cauca.

<sup>18</sup> As entrevistas foram transcritas literalmente.

**Figura 6 – Primeira questão**



*(Marcos) Yo veo el desplazamiento forzado en Cauca desde hace muchos años, quizás hemos sido un obstáculo para los actores, porque a nosotros nos ven simplemente por el interés que tienen económico referente a la explotación de los recursos. Porque como pueblos indígenas siempre hemos protegido nuestro territorio, y desde nuestro punto de vista, queremos mantener la integralidad territorial. Y la tierra tal como, con todos los - como dicen los de afuera - recursos económicos. Pues por eso la resistencia de los pueblos indígenas en Cauca siempre ha sido la defensa de la autonomía en el territorio porque ahí es donde se recrea a la cultura, por eso las multinacionales, hasta mismo las multinacionales, y los actores armados por eso hecho nos ven como un obstáculo porque no pueden adentrar fácilmente en los territorios. En vista de eso pues, la organización, desde hace varios años venimos buscando la liberación de la madre tierra para fortalecer la autonomía dentro de nuestros territorios y para poder conservarla, pero este hecho ha hecho que hasta el momento haya muchos intereses a nivel de los blancos de como miran el término de territorio de tierra, para nosotros no es explotar la tierra, para nosotros es conservarla en su integralidad y los demás si lo ven como un objeto de explotación económica para beneficio personal, y nosotros nos vemos como una conservación para beneficio colectivo de una sociedad en general, por que se nosotros podemos contar con un territorio, podemos tener una autonomía territorial, podemos entonces generar al menos unos espacios de convivencia, ya que esto está dentro de los planos de vida como pueblos indígenas. Y que quizás eso, ha sido, el problema de desplazamientos forzados y das mismas masacres porque siempre ha sido porque nosotros siempre ha querido conservar nuestro territorio, que es conservar nuestra madre tierra pues como Nasa necesitamos.*

*(Galeano) Frente a los desplazamientos, mira, el desplazamiento no ha sido solamente de los actores armados ha sido también una política del gobierno nacional. O sea, hay muchas políticas que poco a poco han ido exterminando a los pueblos. Una cosa han sido las multinacionales, las organizaciones guerrilleras, los paramilitares, pero también las leyes han sido en contra de lo que piensa el pueblo. En eso caso tenemos muchas leyes lesivas, que han ido desplazando la vida territorial... Pero hay ahí, otras cosas mas de hundo que el gobierno he empezado aplicar, en eso caso la educación, la salud, la discriminación, eso ha sido una política de exterminio para los pueblos, en ese caso del Cauca hablamos de siete regiones, pero de siete pueblos indígenas que viven, pero que poco a poco esas políticas han ido. Uno de los ejemplos que tenemos, es que ya la mayoría de los pueblos indígenas ya no hablan la lengua. ¿Por qué? Debido a que fueron exterminados gradualmente. Así que en lugar de actores armados ha sido la política en general, adoptado el gobierno nacional. Entonces*

*más que los actores armados ha sido la política en general que ha aplicado el gobierno nacional.*

*(Moisés) Pensó que la gente que ha sido desplazado por fuera de su territorios pero también en el interior de su propio territorio digo por fuera de eso territorio, digo mucha gente está llegando a la ciudad o a las áreas urbanas y quieren pequeñas o grandes, y hoy observamos en todo país, acá en Popayán no solamente indígenas sino campesinos. Tiene personas campesinas que han sido desplazadas. Quizá los problemas de los factores han sido los mismos...Pero internamente la gente he tenido que vérselo desplazado en su propio territorio buscando refugio por la situación de la violencias. Y las consecuencias de esos es lo que dicen los compañeros, consecuencias en términos culturales, en términos sociales, en términos económicos, en eso el estado tiene responsabilidad.*

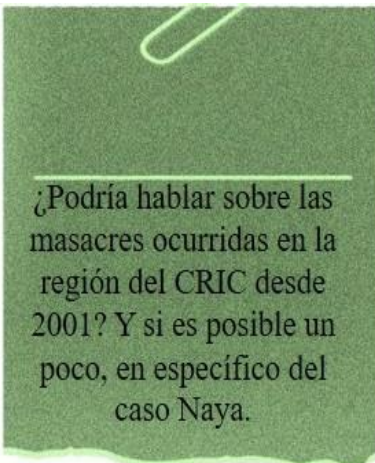
*(Ramona) Bueno...Para complementar los comentarios que dijeron mis compañeros, vale destacar que para la cultura indígena lo que prima es la madre tierra. Para los indígenas la tierra es un elemento fundamental en la existencia como lo dijo el compañero no para solamente explotarla mas para convivir con ella, respétala. Ese ha sido uno de los principales obstáculos para diferentes intereses de distintos lados, algunos como de los autores armados han entrado con distinto animo de desplazar porque les convienen en alguna medida, y otras como en el caso del gobierno, ejercen su poder mediante leyes, actitudes y políticas para que a su vez las comunidades indígenas se vean forzadas a tener un desplazamiento. Es ahí que surge la idea del movimiento indígena, o del consejo regional indígena CRIC, en fortalecer, preservar y mantener la lucha y la búsqueda de esa madre tierra como parte fundamental de la cultural indígena en nuestro país.*

A resposta de Marcos remete ao que foi abordado no terceiro capítulo deste trabalho, em que o indígena serve de escudo e legitimação jurídica para todas as forças repressoras estatais, paraestatais e das guerrilhas, ou mesmo de ação desvantajosa por parte do Estado em prol dos interesses do avanço “legal” das minerações. (Grifo nosso)

Assim como, no início do quarto capítulo, descreveu-se breve histórico da organização da plataforma de luta e dos programas econômico, político, cultural e comunicacional, de autonomia da terra e do território, pautado sobre frentes de mulheres, jovens, anciãos e outros do CRIC, o que possibilita a organização de forma mais exitosa, tendo em vista que as demandas são fortalecidas de acordo com as necessidades de cada comunidade.

Essa questão ressurgue na narrativa de **Galeano**, de forma mais incisiva, quando questionado sobre os deslocamentos forçados e direciona suas críticas, sumariamente, na direção de como o Estado lida com essa problemática.

**Figura 7 – Segunda questão**



¿Podría hablar sobre las masacres ocurridas en la región del CRIC desde 2001? Y si es posible un poco, en específico del caso Naya.

*(Moisés) A ver, el caso de las masacres, no son de ahora, no son de 2001 para acá son de mas atrás, digo, un poco leyendo la historia digamos de la colonización, los masacres han ido en varios tiempos, de diferentes maneras. Quizá ese tipo de política en los últimos años, en ese siglo, en esos últimos años, quizá tenga un poco más, no sé cómo es lo sistemático, como digo son masacres físicas pero también es un masacre cultural, son masacres territoriales. Y ahí hay atores de distintos lados, desde el Estado. En el Estado en complacencia con los paramilitares prácticamente, son los mismos, están las fuerzas paramilitares pero también están en las fuerzas militares, y también en lo que hace referencia usted en las preguntas que tiene que ver con la guerrilla. Y quienes han sufrido, o hemos sufrido, o hemos padecido, estamos con mucha mucha más, digo, contundencia, tenemos sido los pueblos indígenas, las comunidades rurales, y incluyendo las comunidades campesinas, las comunidades afros. El caso de Naya, es un caso de mucha relevancia, creo que ocurrió en 2000 o 2001, que es, hacia la occidental de la región que estamos ahorita, que es el lado de la costa pacífica, el océano pacífico. Hay ahí la población que siempre he habitado, es el pueblo Nasa, la comunidad afro, y la comunidad campesina o sea que esa región ha habido comunidades étnicas y entiendo que hasta la época convivían bien. Esa zona es una región políticamente, geográficamente digo muy estratégica, por ahí se mueve, el mercado de la mafia, el mercado de la coca, y hay el Estado que tiene un territorio, unas tierras que están en el nombre la Universidad del Cauca, o sea la universidad del Cauca tiene terrenos en esa zona y esas comunidades indígenas, o campesina pues han tenido que posesionando, recuperando digamos porque su territorio ancestralmente es ese. Pero ahí, hay mucho que ver las instituciones y el poder que tiene el estado territorialmente, y aparecieron los grupos paramilitares y eso fueron los que empezaron a intervenir en esa zona, los que empezaron a controlar también a la gente, empezaron a ser hostigados y llego un momento que, o si, ya cuenta, que ocurrió lo que ocurrió, la masacre en ese año 2000 o 2001, no me recuerdo. De la gente que toco desplazarse moverse, y eso fue noticia nacional y se qué internacional de algo. Después que salieron desplazados en el caso indígena se vinieron para esta región el altiplano de Popayán, Algunos se ubicaron acá cerca, en un municipio que se llama Timbío, otros quizá han regresado allá nuevamente. O sea, digamos lo que digo, podría contar de la masacre de Naya.*

*(Marcos) Dentro de lo que se considera la masacre de Naya, yo creo que es los últimos acontecimientos que nosotros hemos vivido, porque se vamos a hablar de masacre, yo creo que desde la misma entrada de los españoles fuimos masacrados, torturados, y inclusive las compañeras violadas y la otra masacre fue también diría yo, que ha alcahueteado por el Estado y la misma iglesia. El Estado fue*

responsable por poner a nosotros la estructura de la iglesia, para empezar a colonizarnos y lo que resistía a la colonización era masacrado. Yo creo que dentro de lo que hablamos de masacres, nosotros históricamente no sé porque los pueblos, nosotros hasta hoy nos hemos resistido, y has hecho resistir porque nos han dado duro, porque siempre nos han considerado como un problema. Quizá las últimas que sean visto como un masacre es o que sean visibilizados diría yo he sido el caso de Naya y la masacre de Nilo, pero ni todo ha sido esas dos masacres por la defensa del territorio, porque siempre ha nosotros el caso Naya, el Estado ha dicho a nosotros que son territorios baldíos, pero aquí en Colombia nunca he habido un territorio baldío, han sido territorios de propiedad colectiva de los pueblos indígenas aquí de Colombia. Entonces y como, el estado segundo los conserva como baldío los va entregando a intereses particulares, en el caso de Naya paso eso como el estado lo consideró baldío lo entrego a la Universidad del Cauca, y la universidad del Cauca empezó a ejercer, querer intentar ejercer posesión y dominio. Pero como ancestralmente allá ha uno pueblo Nasa, el pueblo siempre he vivido en resistencia exigiendo el respecto a su autonomía, a su autoridad, a su territorio porque es la única, como nosotros siempre hemos dicho, es la única forma que podremos existir teniendo nuestro espacio, nuestro lugar y nuestro espacio, entonces dentro de esos, de esas masacres, de esos desplazamiento, yo digo de casi una pues estrategia económica del Estado. Porque el Estado es conocedor de todo lo que viene teniendo aquí de acuerdo a sus intereses económicos, el caso Naya, es porque allá es un sitio, como dijo el compañero, un punto estratégico y ahorita, como posiblemente, así como Naya, hay muchos territorios que están amenazados por las multinacionales porque el estado ya inclusive ha entregado, como llama, concesiones de licencias para hacer mega proyectos. Pero no aquí, se no a nivel de multinacionales, es como el caso de la “Embalse de Salvajina,” ahí también se cometió la masacre, desplazaron a todos de un pueblo. Y han pasado tantos años y aún hoy no se ha entregado tierra a esas comunidades, por eso nosotros cuando salimos a un proceso de movilización es reclamando nuestro derecho. Y para además lamentar pues tenemos una “Embalse de Salvajina” donde este, están produciendo una cantidad de mega watts de energía pero aquí en Cauca todavía hay comunidades indígenas que no tienen, que vivimos en tinieblas y utilizando los mecheros las velas, el mismo jabón, para poder alumbrar, a pesar de que las mismas comunidades que fueron desplazadas ese también es un caso que se considera como masacre diría yo. Por eso al nivel de la organización las últimas resistencias que hemos hecho en favor de la liberación de la madre tierra, es posible que tengamos nos declarado en estado de emergencia social, cultural, política y económica. Por qué? Porque nosotros ahorita, de la zona plana nos sacaron todas las multinacionales y los cañeros y creían que nos tirásemos para las cordilleras no estorbábamos. Pero hoy nos están volviendo a sacar de las cordilleras, pero ya no nos quieren dejar bajar a las tierras planas. Sino que de las cordilleras nos quieren sacar para las ciudades y engrosar las filas de desempleo, y cuando ya las comunidades no tienen que vivir, ya se salen



*a las grandes ciudades y ahí ya nos llaman, inclusive nos dicen, nos califican, como es que no queremos trabajar, y que por eso nos salimos. No es, y por eso muchos pueblos se están organizando como cabildos urbanos dentro de las necesidades, no es porque la gente allá he querido venirse, sino porque los han sacado de un territorio en lo que ha tocado vivir acá, porque la estructura organizativa nunca pues se puede perder, lo mismo que la lengua, las oralidades. Pero nosotros hoy en día estamos perdidos. Entonces por eso hoy estamos en emergencia en una declaratoria social y cultural, porque segundo parece ser para el Estado colombiano en cualquier parte que estamos nosotros somos un obstáculo para él. Pero no porque estamos pidiendo al Estado sino porque nosotros necesitamos que nos considere también como colombianos. Tenemos una constitución de 1991 donde tenemos unos reconocimientos, algunos derechos constitucionales consagrados pero nunca el Estado nos ha querido aceptar, siempre ha ido en cuenta de la forma de vida que nosotros tenemos, entonces para el Estado si, nosotros somos un obstáculo a pesar de que tenemos normas, pero esas normas no las quieren reconocer, todos lo que hicimos, como se he dicho todo lo que hacemos para el Estado es malo pero por esa estrategia política-económica, pero que no favorece, ni el Estado, ni al menos personas aquí, por entregar eso territorio a las multinacionales.*

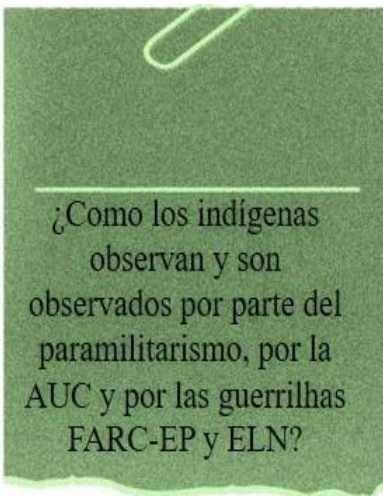
**(Ramona)** *Yo quiero comenzar diciendo que hay que tener en cuenta, que cuando se menciona la palabra masacre, se hace referencia a una acción de eliminar y aniquilar de manera bárbara al otro. Como dijeron mis compañeros, eso es lo que he venido ejerciendo en contra de los pueblos ancestrales en el territorio de Colombia. Los pueblos como usted mencionan en el caso de Naya, no es más que la afirmación de esa desesperación por eliminar esa resistencia de los pueblos indígenas. De esa forma decidida y valorosa que hacen los pueblos indígenas de resistir y mantenerse en sus territorios. También recuérdenos que masacrar no es solamente dispararse al otro por una bomba, también se masacra toda la cultura indígena cuando se desconocen sus derechos, sus posibilidades y no se hace ningún tipo de inversión en las propias comunidades. Es por eso que el Estado, como dice mi compañero, he empezado a entregar territorios, a promover explotaciones y incluso a hacerse la vista gorda con los movimientos de grupos armados como de los paramilitares, de las defensas, y a no ser capaz de controlar la situación con las guerrillas. Todas eses atores dejan los territorios indígenas con intereses, con el deseo común de desplazar al pueblo indígena porque le conviene por aspecto económico, pero como ya lo dice masacre no es solamente disparar, masacre también es negar la educación, la salud, negar el desarrollo económico y desconocer derechos.*

No que diz respeito às políticas de massacres perpetradas contra os povos indígenas caucanos organizados no CRIC, Ramona nos esclarece a compreensão do CRIC sobre não só

os fatos dos massacres, como ainda, a interpretação ampla que o Conselho traz no âmbito de suas fileiras de militantes.

Assim como Ramona, Marcos também faz uma crítica mais ampla da compreensão simplista do massacre como uma ação violenta isolada, que corroboram com o imaginário negativo produzido pelo Estado, como forma de produzir provas de legitimidade para as atrocidades morais, emocionais e físicas, direcionadas aos povos indígenas.

**Figura 8** – Terceira questão



*(Marcos) Para ambos actores armados, somos un obstáculo porque aquí hay una pelea de intereses, porque cada uno tiene sus intereses, las FARC tiene sus intereses político, económico y sociales, el gobierno también tiene sus intereses económicos y políticos, y los paramilitares prácticamente son parte de la estructura del Estado. Porque se nosotros miramos las masacres que ha habido, no solo han cometido las guerrillas, muchos falsos positivos que también cometió el Estado. Muchas instituciones del mismo Estado que han financiado inclusive las mismas normas, los mismos senadores que han favorecido sus intereses. Por ejemplo, cuando se hizo la desmovilización había en el senado una cantidad de paramilitares y ahí se hizo como un lobby para que se desmovilizaran. Entonces, toda esa estructura, todo van atrás del interés económico y territorial de los pueblos que tenemos un territorio y tenemos conservado su integralidad. Para nosotros no importa la riqueza que haya debajo de nuestro solo, porque eso inclusive nos da energía, así que hay oro, petróleo porque para nosotros esta es la sangre de nuestra madre, entonces nosotros no miramos las riquezas, pero los otros sectores armados si, lo miran como la riqueza. Entonces, lo que hace el Estado es amenizar un poquito, como cada uno de nosotros representando sus resguardos. Dentro de nuestro resguardo, dentro de sesenta años de guerra lo que ha habido siempre es que, el Estado provoca la guerrilla, o los paramilitares provocan la guerrilla, para que nosotros nos desplazemos y dejemos un territorio libre. Y cuando ya queda un espacio libre, ahí entonces el Estado entra y posiciona a una multinacional, y esa multinacional le garantiza la protección, le manda la estructura armada allá. Y se le pone la estructura armada para proteger las multinacionales, pero para nosotros no hay protección de derecho. Para nosotros en vez de proteger nuestros derechos si lo está violando nuestro derecho. Entonces por eso para nosotros dentro de nuestro territorio, es un riesgo, lo miramos como un riesgo, y lo más lamentable es que uno no puede decir nada, porque estamos dentro de un territorio que donde pasa guerrilla, pasa ejercito. Ahí si nosotros hablamos con el ejercito la guerrilla nos convierte en objetivo militar, se hablamos con la guerrilla el ejercito también nos convierte en objetivo militar. Sepasan*

*los paramilitares también nos convierte en objetivo militar. Pues que tiene que hacer uno, agachar la cabeza, pasar y mirar, pues se uno abre la boca es desaparecido. Y es ya uno ahí por ejemplo. Cuantos falsos positivos no han habido también, y los propios indígenas, mataban así, nos han carimbado. Por eso nosotros dentro de nuestro territorio en algunas oportunidades tenemos nos declarados neutrales, y hemos dicho que no queremos actores armados.*

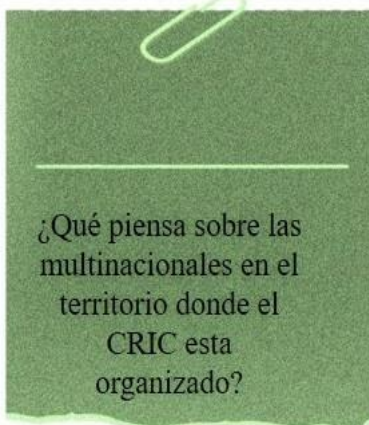
*(Moisés) Creo que, como se dijo antes, ellos nos ven como obstáculos, pero también donde nos han visto como una fuerza social, una fuerza organizativa, sabe digamos un poco en esas relaciones de poder, de controle territorial, porque en los casos de los territorios indígenas, bajo a una autoridad son ellos quien controlan su territorio. Pues no esta fácil que ELN, que la guerrilla, digamos que se mueva como perro a su casa. O sea donde ha habido autoridad en las comunidades indígenas, esa autoridad se ha hecho ver, digamos entre comillas, “impuesto entre los indígenas”. O sea, muchos de esos actores tienen por lo menos que consultar si puede pasar o si puede entrar, o no? O consultar. O bueno cruzan, pero pasan, pero adonde he habido cierta debilidad de la comunidad a nivel organizativo ellos se han establecido. Muchos comuneros han participado, han hecho parte de esos movimientos de digamos izquierda, jóvenes, muchachas, muchachos, pues eso es una cosa que aquí en el caso particular del Cauca, y la organización indígena CRIC ha tenido en sus momentos, en muchos momentos le he tocado parar, le ha tocado enfrentar hablando, dialogando con ellos. Porque ellos han actuado, por ejemplo, ellos hacen lo reclutamiento de los muchachos, de niños, niñas jóvenes, frente a eso han tenido que actuar en la organización indígena, han tenido que hablar con la misma dirigencia. Por ejemplo las FARC en 1983 y adelante en muchas ocasiones. Eso ha sido un poco, como digamos de esa lucha, con esos grupos, con los paramilitares realmente no. Con quien se ha conservado mas es con las organizaciones de izquierda.*

A resposta de Marcos indica a ideia potente do CRIC, orientada sobre a defesa dos territórios, e o fato que os leva diversas vezes a conflitos de interesses com os grupos sociais armados em conflito na Colômbia, apontando para o cerne da ideia econômica por trás dos processos de massacres e deslocamentos forçados.

Assim, confirma a crítica desenvolvida no estudo, reforçando que as multinacionais somente atuam nas áreas e territórios indígenas por meio do apoio e investimento de exércitos, polícias e outros meios coercitivos e jurídicos, para legitimar o apoio incondicional aos elementos da economia multinacional, que se colocam no eixo problemático do que se denominou “desenvolvimento”. (Grifo nosso).



**Figura 9** – Quarta questão



*(Galeano) Por un lado pues, los territorios indígenas por hoy, digamos tiene mucha riqueza en común, porque esta la minería de extracción de oro, de agua y otros materiales preciosos. Entonces, la política actualmente usa el poder para que esas comunidades se desplace, o sea a la fuerza, y que esas partes de eso territorio queden libres para, su libre accionar, para explotar, frente a eso, en las comunidades hay resistencia, en no abandonar esos territorios, en crear, en permanecer. Pues es que el territorio para nosotros es la vida no? De ahí no podemos salir, no podemos entregar el territorio a nadie, mire que hay mucha gente que actualmente, en las comunidades se han organizado, y dice que el primero muerto que entregar a los territorios, hay una enorme resistencia. Eso se ha creado aquí en Cauca, en los cabildos, sin embargo he sido difícil, las multinacionales poco a poco están ingresando. Entonces no hablamos solamente de las multinacionales que llegan a la explotación la minería. Sino también cosas, o sea el mercado libre. Podemos estar hablando de muchas cosas que llegan en esos territorios, la televisión misma, los medios de comunicación, es la misma universidad y la misma educación que promueve al ingreso de las multinacionales libremente. En ese caso los distintos acuerdos que tienen el país, o sea la TLC no? Porque no hay en el país, solamente del Estados Unidos con Colombia, sino con la unión europea, países de Asia, Mercosur, y claro que es mercado mas común. Sin embargo ha ingresado poco a poco, entonces se crean las zonas libres, las zonas francas. Donde las multinacionales son libres, y no pagan impuesto por decir. Pero todos a quien tiene que asumir pues es el pueblo, por ahorita, hay una lucha contundente contra eso, diría que es la explotación del agua, por todo o sea por el cambio climático, pues ahí esa necesidad de proteger. Pues creo, pero si hay un interes muy común y particular de las multinacionales en los territorios indígenas. Ya le dije, le comente, y otra cosa que vivimos también que afecta los territorio es el narcotráfico, o sea a parte de las masacres, o de la masacre de Naya es porque son regiones estratégicas, selváticas, donde siempre ha permanecido la guerrilla, y donde haya la guerrilla, el paramilitarismo actúa, o sea y es ahí donde la población civil se habido afectado. Lamento, pues en el Chocó hay grande regiones donde están explotando el oro, la mayoría de las empresas transnacionales son brasileñas que explotan el oro, allá en el Chocó en la región allí están. Y esas comunidades adonde explotan el oro, donde más pobreza existe. Eso*

*(Ramona) Quiero acrecentar que la presencia de las denominadas multinacionales siempre han querido extender su arsenal a territorios como de Colombia, por el mismo, por la situación económica que favorece a ellos, que sale muchos más baratos producir cosas acá, que en los mismos países que donde ellos vienen. Pero lo que esta se vendo últimamente, pues es en virtud de la situación global del deterioro del*

*habiente están migrando mucho a países como Colombia, y a lugares como Cauca, por la riqueza que tiene esos departamentos, la abundancia de agua, de la madera, últimamente pelo que denominamos metales preciosos. Para ello, el Estado se construyo en una tabla de salvación de las denominadas locomotora minera, lanzaron la idea, pero nunca se imaginaron la avalancha de cosas que se iban a venir sobre el territorio, por eso que hogares tan neurálgico y tan olvidados por parte del gobierno como el departamento del Cauca, se está viendo lo que se está viendo, el deseo desmedido de explotación del oro sin importar el daño que se hace al medio ambiente, destruyendo selva, destruyendo rio, contaminando agua. Es por eso que para las comunidades indígenas esa situación para ser un problema, pasa ser una situación de alto riesgo. Recuérdenos que venimos hablando en lo largo de esa entrevista que para la cultura indígena del pensar indígena, lo primero es la madre tierra, preservar y proteger la madre tierra. Y la denominada minera en ningún momento se importa con esa situación, y solo se importa con la explotación. Hay que destacar eso, hay que destacar que el gobierno se preocupa más con el ingreso de esas explotaciones, do que preservar y cuidarse de la naturaleza. Las comunidades indígenas pasan a ser en ese caso los que entran en lucha y en oposición, no porque no quieren que se saque el oro, o que digan pues que los pueblos indígenas no quieren dejar sacar ni el oro, ni el petróleo, de eso no se trata. De lo que se trata aquí es de cuidar de la madre naturaleza. Eso es lo que se trata. Cuidar de la madre tierra. En contra de toda esa ideología de la minería.*

**(Marcos)** *Lo que uno mira es que aquí en el país, se usted escucha en los medios de comunicación siempre trata de minería ilegal, nosotros, yo desde un caso particular siempre trato de decir, que no hay minería ilegal. Porque minería ilegal es donde nadie se puede dar cuenta, mismo el gobierno desconocer de la explotación, porque el gobierno hay militarizado todo el país con el ejercito, policía con su estructura, pero cerca de esas estructuras por ahí se está explotando la minería. Y cuando el gobierno ya se ha acabado de explotar, se va el gobierno y pide que levante. Y ya no dejaron nada que no la destrucción. Y los gobernantes saben de eso con anterioridad. Hoy en día hay también muchas licencias también entregadas a multinacionales por eso nosotros decimos que el gobierno se ha manejado en la hipocresía. O sea que ellos hacen conocer la ley y quieren dar conocer al mundo de ellos están protegiendo, pero ellos nunca están. Lo que ha pasado en territorio indígena ha sido por eso inclusive lo mismo de los cultivos ilícito. El gobierno aquí dice que está combatiendo el cultivo ilícito, pero es mentira. Se el ejército estuviera combatiendo, estaría hasta donde están estos cultivos, pero no diría nada. Entonces esa es una farsa que maneja el estado bien en complicidad con el objetivo de proteger las multinacionales. Porque las multinacionales si les da pre venta. El ejército se pone en favor de las multinacionales. Es como aquí en los sitios sagrados de nuestros territorios, han montado las torres de comunicación, las torres de comunicación de internet, claro, Movistar están allá cuidadas por el mismo ejército colombiano. De*

*donde salen el recurso para pagar el ejército y la policía, pues bien de los mismo impuestos que nos cobran a nosotros población de los indígenas. Pero están prestando servicio a una multinacional. Pero entonces, por esas políticas neoliberales, es que nosotros hacemos resistencia. Es que una multinacional nunca invierte en el territorio indígena, o se invierte, invierte una minima cantidad de los daños que nos causan. Es más el daño de lo que invierte. Muchas veces nos han dicho que porque nosotros no nos dejan entrar las multinacionales en nuestro territorio estamos en contra del desarrollo. Eso es la farsa que ha metido en la sociedad colombiana. Pero no, no es que estamos en contra del desarrollo, es que nosotros queremos nuestro desarrollo tal como lo entendemos. Nosotros no queremos un desarrollo donde solo las ciudades sean de cimiento, porque esa, la ciudad de cemento, los pueblos de cemento, esos no son desarrollo para nosotros. Queremos un desarrollo que realmente allá vida, que se respete al medio ambiente, nuestro planeta, nuestra madre tierra. Porque se a nosotros nos matan nuestra madre tierra, como se va quedar tranquilo se están desagradando nuestra madre. Por eso se han dicho, que nosotros nos hacemos matar o nos matarán pero es en defensa de nuestra madre, y la defenderemos en defesa de su integralidad, entonces es por eso que las multinacionales las hemos combatido y siempre lo seguiremos. Porque la experiencia ya nos han causado, no nos han traídos buenas ganancias. Tal vez hoy, como les decía en el comienzo, antes fueron los españoles arrasando y llevando nuestras riquezas, hoy son las multinacionales que también vienen con esa política de arrasar, de llevar nuestras riquezas de los pueblos indígenas y el nivel de la organización que tenemos el CRIC, estamos haciendo resistencia a esa situación que es una amenaza, porque para nosotros las multinacionales son una amenaza. Porque se esto lo que hoy estamos diciendo llega a los oídos de los gobernantes o mismo de las multinacionales, ya nos convierten en objetivo militar. O hasta podemos desaparecer. Siempre que todo aquel que habla mal de los gobernantes, yo creo que nuestra comunidad he dicho eso, que nosotros seguiremos en resistencia.*

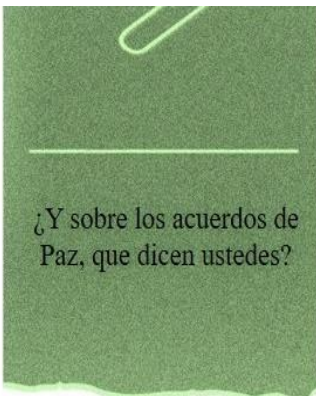
**Figura 10** – Quinta questão

Para el CRIC y los indígenas del Cauca, hay una solución posible para el fin del conflicto en Colombia?

*(Galeano) El fin del conflicto, pues, esa tiene que ver mucho con él, siempre han planteado estar presente en el dialogo, porque pues, aquí hay que hablar de las dos fuerzas que están en confrontación, la guerrilla y el gobierno. Entonces es difícil hablar de que aquí en el país haya alguien que va ganar la guerra. Estamos hablando de 51 o 52 años de conflicto, de guerra interna. Lo mecanismo que se hay implantado hoy es de conversar entre las partes, y llevar eso digamos a una gran concentración, y de ahí pues establecer, digamos la unión de ideas y puede establecer, digamos los diálogos que esperase que ocurra. Porque por hoy el gobierno - el de las organizaciones - está tratando de digamos conversar, y se eso se da pues de pronto podría ser el fin del conflicto. De pronto, sobre el proceso de paz, eso es totalmente diferente, entonces aquí lo que se busca es la mejor manera o forma de poner fin al conflicto de tantos años y el dialogo entre las partes. Entre los actores y la población civil, que he sido víctima de todos años de guerra aquí en el país. Entonces el movimiento indígena en si ha puesto, ha creído desde el principio que unos de los mecanismo de llegar a una conversación humana he sido el dialogo. Entonces es eso que se busca acá. Creo que con eso.*

*(Ramona) Es que se tiene que tener en cuenta que en Colombia no hay un conflicto, como dice la pregunta, lo que se está haciendo aquí es tratar de aclarar y van a negociar el fin de un conflicto de los tantos conflictos que existen en ese país. Como uno de los factores de los actores que están en el conflicto, pero en Colombia existen otros conflictos, y seguramente van a continuar. Lo que pasa es que la esperanza de nosotros como colombianos es que la raíz de la terminación de un enfrentamiento armado durante tanto tiempo se puede llevar a mejorar la situación y de pronto acabar. Pelo menos ha vendido la idea de que esa es la paz, esta no es la paz, estamos apenas empezando a construir y a recorrer el camino para llegar hasta la paz. Pero tomes en cuenta que sigue existiendo la deficiencia en salud, no hay un cubrimiento total para que todos los colombianos tengan salud. No hay un cubrimiento total en educación, y lo más importante, no hay una garantía de trabajo para todos los colombianos. Mientras exista y persistan esas situaciones que lleven a algunas personas o comunidades a estar en malas condiciones, no va haber fin de conflicto. Como dice mi compañero es posible que acabe con ese conflicto más se van a continuar con los otros. Lo camino es ese, la idea es esa. Que si se apoya o no apoya la paz, pues claro que sí. Mas que sea por medio de la firma de un papel eso se acabe, esto se está por ver. Que por medio de la firma de un papel que pone las voluntades para acabar firmando papeles, esperamos que pase para la siguiente parte.*

**Figura 11 – Sexta Questão**



¿Y sobre los acuerdos de Paz, que dicen ustedes?

*(Moisés) En el caso de Colombia, en esa coyuntura quien está interviniendo son dos actores, digamos son dos actores el estado a través de su representación, su autoridad, y una organización que se llama FARC-EP. Y lo han hecho entre los dos. Lo primero acuerdo lo firmaron pero siempre hubo una presión permanente de sectores sociales en el caso indígena, de como podrían intervenir, pues como actor social o como actor político, como actor que ha sido víctima de la violencia del conflicto en Colombia en esos 50 años. Salen las comunidades o los pueblos indígenas digamos haciendo intervenciones en esas negociaciones pero no fue posible. A tanto fue la presión de movilización en el país de insistir desde las organizaciones indígenas no solamente en el Cauca sino a nivel nacional pero también de organizaciones campesinas y organizaciones afros. Y víctimas directas de ese conflicto llegar digamos en la Habana, Cuba. Lograron allá hablar con ambos representantes digamos de la negociación. Y se logro en ese primero acuerdo tener un capitulo, que se llama capitulo étnico, fue a los últimos minutos casi del cierre de la negociación. Y logro que ese acuerdo que tuviera más o menos 3 o 4 artículos, que tienen que ver con el capitulo étnico, que tiene que ver con el caso. Pero como paso lo que pasó con la consulta, con el plebiscito y eso pasa en la democracia. Pues como dicen el NO ganó. Pues ahí hay un paro, un receso. Y digamos una desconfianza que tenemos de lo que puede ocurrir. O sea, si se rompe los acuerdos y hay actores en Colombia, dirigentes políticos que están en contra de esas situaciones. Entonces esa consulta resulto en eso. Y le tocó nuevamente el gobierno y la presión de la sociedad civil y política, la dirigencia política en Colombia. Creo que son los mismos, digo las mismas organizaciones económicas empresarias que intervinieron para que el gobierno actuara de manera MAS RAPIDA. Y que las cosas no pasaran a una situación mayor o peor. Por eso volvieron a ese estado de la mesa de negociación en la Habana. Creo que entre uno 10-12 días, lograron y van estar en la vice para firmar nuevamente digamos ese acuerdo, creo que en ese sentido el capitulo étnico del primero acuerdo no se he tocado en nada. Y en su contenido, en su hundo entendiendo que ha habido retoques, porque ha habido mucha presión a nivel nacional de sectores políticos, sectores conservadores, sectores de la iglesia, entonces estamos pendientes de lo que sucede. Lo deseo, los sueños de los pueblos indígenas que se acabe ese conflicto de 50 años. Que se acabe la guerra y que no se involucre en ese conflicto en ninguna situación, en ningún momento, o sea estamos esperanzados como dicen entre comillas la paz va llegar por acá. En algún momento hacia una reflexión entre los compañeros, quizá con el hecho de firmar un acuerdo entre dos partes. Creo que no signifique que llegue la paz porque hay situaciones, problemas sociales y conflictos, que van a seguir permaneciendo. Quizá pueda aminora, o quizá se puede ser peor. Se los acuerdos ya en ejecución no repercuten digamos en las comunidades rurales o comunidades urbanas marginadas, pues la*

*gente va seguir por su camino y cuál es ese camino quizá la alternativa económica es continuar siguiendo sembrando cultivo ilícito. En términos económicos la gente va seguir, porque el estado no asume por eso con las comunidades, con las necesidades que tiene las gentes, sobre todo la comunidad rural, que tiene mayor vulnerabilidad económica, sus problemas van a seguir. Generando nuevos, y la situación no va a llegar en los planes deseados.*

*(Marcos) Yo creo que dentro del movimiento indígena a nivel de Cauca como CRIC, decimos que nosotros, a nivel que tenemos de organización, de autoridades de muchos años venimos ejerciendo ese ejercicio. Eso es un proceso de paz. La organización lo retoma dentro de una propuesta desde hace 45 años, que estamos en un proceso de construcción de la verdadera paz que se necesita aquí en Colombia. Con respecto a los derechos, a la autoridad, la autonomía, el reconocimiento de los derechos, eso sí sería un proceso de paz. Y mismo que nosotros no hacemos parte del conflicto armado, nosotros hemos planteado al gobierno inclusive desde 1999 cuando estaba dando el proceso anterior con el presidente Andrés Pastrana, la organización regional y las mismas autoridades aquí de Cauca, propusimos un territorio en el dialogo de negociación en Piendamó<sup>19</sup>, para que ese proceso de paz se iniciara, en conjunto con la sociedad civil también. Como dice aquí el compañero, referente al fin, no es solo el conflicto armado hay muchos conflictos que nos están afectando. Pero últimamente solo se está atendiendo al actor armado, al actor civil no le he sido tomado en cuenta, no se ha tenido en cuenta en ese proceso. Entonces lo que uno mira, es que únicamente se va hacer es una dejación de armas referente a ese conflicto porque la paz en sí, la paz de verdad, yo creo , que el movimiento indígena desde hace 45 años que ha venido planteando en ese ejercicio, que es como hoy , se yo voy y reitero la constitución de 1991, tenemos un artigo 246\_1991 que reconoce el ejercicio de las autoridades tradicionales en la jurisdicción especial indígena dentro de nuestros territorios, pero cuando nosotros hacemos uso de esa norma para hacer aplicar una sanción, siempre la justicia ordinaria, el sistema nacional está en contra de nosotros. Entonces nosotros tenemos también un conflicto, como diría yo con el estado, referente a la jurisdicción, pues como indígena la jurisdicción nacional de que a pesar que hacemos parte de la constitucionalidad del país, y que hacemos parte de los acuerdos internacionales, sin embargo, eso conflicto de competencias lo seguimos teniendo. Muchos indígenas en la justicia ordinaria, no lo cree. Es el caso de la educación que también tenemos la misma situación nosotros. También tenemos un sistema propio en educación, y tenemos los fundamentos constitucionales, las normas internacionales pero tampoco el Estado ha querido reconocer. Entonces es por eso, que muchas veces a nosotros, nos toca tener que salir a las movilizaciones, nos toca tener*

---

<sup>19</sup> Esse encontro houve a firmação por parte de Andrés Pastrana do Decreto 982/1999, no qual o governo cria uma comissão para o desenvolvimento integral da política indígena, outras medidas para obter recursos e outras disposições. Disponível em: <<http://www.iadb.org/Research/legislacionindigena/leyn/docs/CO-Decreto-982-99-Comision-Desarrollo-Integral-Politica-Indigena-.doc>>. Acesso em: 19 nov.2016.



*que pedir al gobierno presión para que realmente reconozca nuestros derechos, porque realmente la voluntad de los gobernantes aquí nos países como Colombia no he habido esa voluntad de reconocer derechos por voluntad si no ha sido por medio de presión tal vez por eso quizá surge el conflicto armado en esa misma situación de los dos poderes, de los partidos nacionales. Tal vez por eso nosotros como pueblo indígena hacemos una propuesta de paz que la hemos venido construyendo pero en el marco del reconocimiento, justicia, respecto, dentro de la diversidad de nosotros en cuanto pueblo. Porque mientras haya respecto creo que puede haber paz. Dentro de eso proceso nosotros hemos planteado como consejo regional, como CRIC, tenemos planteado la propuesta de paz que nunca ha sido escuchada por los gobiernos de turnos que han habido porque priman más por el gobierno de ellos. Y te hablo caso hoy, se usted ir en los medios de comunicación, Uribe hoy se abandero de los votos de no, pero los de no, no es que no quieran la paz, los que votaron en el no es por la campaña centrada que hizo el presidente Uribe, hoy en día se esta abanderando de esos votos que ni siquiera han autorizado a él. Y el gobierno le está haciendo juego a eso, pero tiene Uribe, únicamente una estrategia de dilatar un proyecto de paz para meterse aún en la contienda electoral para meterse en las próximas elecciones. Y el otro año pondrá sus candidatos y pesará. Pero nosotros, comunidad indígena votamos por el sí, porque nosotros ya venimos, y siempre hemos dicho que es la salida del conflicto armado que se tiene. Entonces es por eso inclusive con el gobierno que tenemos, nos ha tocado sentar a dialogar, pero en las veces no ha tocado salir en las vías de hecho, porque no nos escuchaban al dialogar. Entonces sí, creo yo que los pueblos indígenas tenemos una propuesta de paz, pero no ha sido escuchado. Pero últimamente nos aceptaron un capítulo étnico, pero estuvimos mas de 3 años insistiendo de que nos diera la oportunidad de si sustentar frente la Habana, pero nos cerraron las puertas hasta la ultima hora, y en las últimas horas nos dejaron allá un artículo no mas diría yo. Pero para nosotros mismo que sea poco es algo para poder decidir en el futuro, en algo que nos lleve a paz, al respecto del pueblo colombiano.*

Os acordos de paz estabelecidos entre as FARC-EP e o governo colombiano, sob a gestão de Juan Manuel Santos (2010-2018), no mês de agosto do corrente ano, em Havana, Cuba, trouxeram um alento inicial e breve para os povos indígenas que apoiaram o SIM no referendo popular.

Como se observou, posteriormente, os povos indígenas tinham consciência da complexa problemática em que estava imersa essa disputa. O referendo foi a voto público em 02 de outubro de 2016, tendo sido vencedor o NÃO por 50,2% a 49,7% do SIM.

No que se refere aos retrocessos ocasionados pelo Estado e suas burocracias, os entraves criados para o avanço da autonomia que plantea o CRIC afetam diretamente as

estruturas de governação, ou os chamados *cabildos*, além da educação, ambos de forma autônoma.

Para Marcos, este bloqueio arbitrário aos povos não anexados ao Estado colombiano pode ter sido determinante para o início e a manutenção do conflito por tantos anos.

Sobre os acordos de paz, Ramona refere que a problemática ultrapassa os acordos de paz, mas que está vinculada diretamente a crítica sobre o avanço das multinacionais com o apoio do Estado, os deslocamentos forçados que obrigam as pessoas a criarem uma nova vida em um novo local sem ter direito a ter seus meios de vida que anteriormente tinham, como casa, cultivos, móveis, documentos e outros.

Cita, igualmente, as condições de educação e saúde deficientes, ocasionadas por dois aspectos clássicos do neoliberalismo: a intenção de sucatear os bens públicos com interesse de privatização, e ainda, o investimento dos recursos do Estado direcionados a armar os exércitos e polícias contra uma guerra que afeta, diretamente, não a guerrilha e tampouco os paramilitares, mas prioritariamente as populações indígenas, afrocolombianas e campesinas, quase sempre excluídas do que o capitalismo considera como desenvolvimentista ou civilizado.

Esse contexto, portanto, urge ser modificado e tem, como fator catalisador, a determinação dos povos indígenas, afrocolombianos e campesinos de decidir sobre seus territórios, formas de governança, tempos e rituais, estruturas parentais, o direito ao território como *madre tierra* e não como meio de lucro e ganância no sistema atual dominante.

Dessa forma, a atuação do CRIC é de suma importância para a garantia desses direitos, de certa forma obtidos com a promulgação da Constituição de 1991, mas que, desde então, os indígenas lutam para que sejam implementadas e respeitadas.

Todavia, o maior inimigo dos indígenas nesses âmbitos não é necessariamente a guerra e a violência que ocorrem na Colômbia, mas, antes, o Estado colombiano, que demanda interesses externos a zona colombiana (Estados Unidos e Europa).

Orientados pela concepção capitalista globalizante de progresso e desenvolvimento, adentram os espaços sagrados dos indígenas, sem o devido respeito a uma resistência que antecede ao sistema capitalista, sendo esta tentativa de destruição dispersada e determinante no subjetivo consciente e inconsciente dos povos da zona latinoamericana, para perpetuação do processo de construção do capitalismo, da ideia de modernidade-colonialidade e das estruturas de controle, por meio dos dispositivos de poder, apresentados equivocadamente como dispositivos democráticos.

As narrativas demonstraram que os dispositivos de poder não foram, não são e nunca serão democráticos, evidenciando, ainda, que o Estado nos moldes eurocentrados e



impostos, contemporaneamente, como o único modelo, representam a continuação de um abrangente processo de colonização e de colonialidade de saberes.

A tentativa de apagamento/desconstrução da história dos povos indígenas e a imposição da mimetização eurocentrada da história, assim como a colonialidade dos poderes, aqui se representa claramente, à análise dos indígenas organizados, que comprova quem é seu maior inimigo nessa guerra, em que o inimigo construído pelo Estado que mais morre é o único que não foi convidado para participar.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premissa desse estudo monográfico foi a possibilidade de visibilizar, ainda que de forma incipiente, as estruturas de poder do Estado e das políticas internacionais relacionadas à zona latinoamericana, especificamente na zona colombiana, em relação à violência dos massacres direcionados aos povos indígenas, especificamente da região do Cauca.

Dessa forma, buscou-se esclarecer questões inquietantes, sob a percepção dos conflitos que envolvem os povos indígenas há mais de cinquenta anos na Colômbia e, por meio de entrevistas, ouvir os relatos dos agentes organizados no CRIC e, ainda, compreender os movimentos articulados pelo CRIC desde o ano de 1971.

Assim, expôs-se alguns fatores que afetaram e afetam, diretamente, os povos indígenas na região do Cauca colombiano, de que forma a organização CRIC observa, investiga e se organiza contra os ataques do Estado aos territórios e direitos que os indígenas conseguiram propor na Constituição de 1991.

Constatou-se, por meio das narrativas e em consonância de evidências, que a diligência principal do CRIC é, nos dias atuais, a implementação das diretrizes aprovadas na Constituição de 1991 e, conseqüentemente, obter do Estado o respeito legal aos territórios e as decisões autônomas dos indígenas nos mesmos.

Por outra perspectiva, o CRIC tem por atribuição questionar o Estado sobre o apoio e a vinculação às multinacionais, com intuito de ocupar os territórios indígenas, de forma arbitrária e violenta, aqueles que desconsideram como cidadãos.

Nesse sentido, a luta do CRIC pode ser considerada essencial, tendo em vista os avanços capitalistas na zona latinoamericana e o recente impacto na sociedade colombiana da vitória do NÃO, no plebiscito popular que votava pela paz e o fim do conflito, no ano de 2016. Assim como, pelas garantias da autonomia indígena na educação e no seu território através da sua estrutura organizativa, os cabildos.

O caminho para a paz na Colômbia é árduo e inalcançável, caso não abarque ou considere as populações mais afetadas por esse conflito.

Assim, os acordos recentes realizados entre as FARC-EP e Governo Nacional Colombiano, segundo as publicações consultadas, desconsiderando propostas dos indígenas, pouco ou nada puderam propor.

Reitera-se, ainda, que os povos indígenas são alvos contumazes de ambos os lados que dialogam pela paz.

As dúvidas que permanecem e que, provavelmente farão parte de novos estudos, consistem no teor desses diálogos para a paz na Colômbia: o estigma de marginalização do indígena perpetuará ou seus direitos e vontades serão respeitados e garantidos?

Essa é uma questão que o tempo responderá, e as pessoas com seus papeis, canetas, computadores, poderão escrever posteriormente. Por agora, sabemos, os povos indígenas seguem resistindo há 500 anos e sobrevivem há pelo menos 50000.

Tal condição é determinante para compreensão de que a história latino-americana somente poderá avançar em todas as vertentes que englobam os povos indígenas, afrodescendentes e camponeses se ressignificarmos nossas histórias e valorizarmos nossas origens, a fim de apreendermos que o mundo jamais foi homogêneo, nem quando quiseram nos inventar em 1492 e 1500. Nós existíamos, estávamos lá...e seguimos resistindo.

## REFERÊNCIAS

ARANGO OCHOA, Raúl; SÁNCHEZ GUTIÉRREZ, Enrique. **Los Pueblos Indígenas en el Umbral del Nuevo Milenio:** población, cultura y territorio: bases para el fortalecimiento social y económico de los pueblos indígenas Bogotá: DNP, 2004. 334p.

CAICEDO, Luz Piedad et al. Desplazamiento y retorno. Balance de una política. **Libro 3:** El limbo en la tierra. Reubicación de la población desplazada del Alto Naya en Timbío, Cauca. Bogotá: ILSA, 2006. (Colección Textos de aquí y ahora).

CASTRO-GOMÉZ, Santiago. **La hybris del punto cero:** ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005. 346p.

CENTRAL COOPERATIVA INDÍGENA DEL CAUCA (CENCOIC). El CRIC: historia y objetivos. Disponível em: <<http://cencoic.com.co/el-cric/region-de-cauca/>>. Acesso em: 29 out.2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean. (Org.) **A pesquisa qualitativa:** enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. 464p.

CHOMSKY, Noam. **Poder e terrorismo.** Rio de Janeiro: Record, 2005. 208p.

COICUÉ, Rafael. **La minga:** lo que todo americano debería saber. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=E6WV0q0iz2w&ab\\_channel=negrolucumi](https://www.youtube.com/watch?v=E6WV0q0iz2w&ab_channel=negrolucumi)>. Acesso em: 13 nov. 2016.

COLOMBIA. **Lei** nº 134 de 31 de maio de 1994. Por la cual se dictan normas sobre mecanismos de participación ciudadana. Disponível em: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=330>>. Acesso em: 20 nov.2016

CORREA, Alejandro López. **Anonimato y redención:** el temple de dos mujeres. Disponível em: <<http://elartetehaceparte.misangre.org/blog/cronica-ganadora-anonimato-y-redencion-el-temple-de-dos-mujeres/61>>. Acesso em: 13 nov. 2016

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432p.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa:** Teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. 432p.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PLANEACIÓN. Dirección de Desarrollo territorial. **Elementos básicos sobre el Estado colombiano.** Disponível em: <[http://www.comfenalcoantioquia.com/Portals/descargables/Formacion\\_de\\_alcaldes/Recorrido\\_por\\_Colombia/recorrido\\_por\\_colombia\\_elementos\\_basicos\\_sobre\\_el\\_estado\\_colombiano.pdf](http://www.comfenalcoantioquia.com/Portals/descargables/Formacion_de_alcaldes/Recorrido_por_Colombia/recorrido_por_colombia_elementos_basicos_sobre_el_estado_colombiano.pdf)>. Acesso em: 13 nov.2016.

DURANS, Cláudia Alves. Serviço Social Nos Países Amazônicos. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 4., 2009. São Luís/MA. **Anais...** São Luis: UFMA, 2009. p.28-36. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/mesas/questao-social-e-formacao-profissional-em-servico-socialok.pdf>>. Acesso em: 21 nov.2016.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **Pedagogia do oprimido**. 50.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. 256p.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciência Sociais. 11. ed. São Paulo: Record, 2009. 112p.

IBARRA, Hernán. Gamonalismo y dominación en los Andes Iconos. **Revista Ciencias Sociales**, Ecuador, n. 14, p. 137-147, ago./2009. Disponível: <<http://www.redalyc.org/pdf/509/50901413.pdf>>. Acesso em: 17 nov.2016.

JIMENO SANTOYO, Myriam Sther; VARELA, Daniel; CASTILLO, Ángela. **Después de la masacre**: emociones y política en el Cauca indio. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2015. 348 páginas. Disponível em: <[http://www.humanas.unal.edu.co/conflictosocialyviolencia/files/8514/4440/5104/Libro\\_Des\\_pues\\_de\\_la\\_masacre.\\_Emociones\\_y\\_politica\\_en\\_el\\_Cauca\\_indio.pdf](http://www.humanas.unal.edu.co/conflictosocialyviolencia/files/8514/4440/5104/Libro_Des_pues_de_la_masacre._Emociones_y_politica_en_el_Cauca_indio.pdf)> Acesso em: 27 out.2016.

LOSANO, Juan Jose; MORRIS, Holmann. **Documentário Impunity**: paramilitares Ultraderechistas de Colombia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=goZUwkldHB4>>. Acesso em: 03 nov.2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>>. Acesso em: 02 nov.2016.

MENESES, Gerson Galo Ledezma. **Colombia y las FARC-EP**: reseña histórica de las negociaciones y perspectivas de paz en 2012. [On-line] Disponível em: <<http://unilahistoria.blogspot.com.br/2012/10/colombia-y-las-farc-ep-resena-historica.html>>. Acesso em: 18 out.2016.

MIGNOLO, Walter. **La idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2007. 241p.

MOLINA ECHEVERRI, Hernán; SÁNCHEZ GUTIÉRREZ, Enrique (Comp). **Documentos para la historia del movimiento indígena colombiano contemporáneo**. Bogotá: Ministerio de Cultura, 2010. 416 p. Disponível em: <<http://observatorioetnicocecoin.org.co/cecoin/files/Documentos-para-la-historia-del-movimiento-indigena.pdf>>. Acesso em: 04 nov.2016.

MORRIS, Holmman. Canal Uno., Colombia. **Documental Toribio**: la guerra en el Cauca parte 2. Disponível em: <<https://vimeo.com/13135698>>. Acesso em: 12 nov.2016.

NUÑEZ, Magda Paola. Contexto de violencia y conflicto armado. In: MISIÓN DE OBSERVACIÓN ELECTORAL (MOE). (Org.). **Monografía Político Electoral: Departamento de Cauca 1997 a 2007**. 2007. Disponível em: <[http://moe.org.co/home/doc/moe\\_mre/CD/PDF/cauca.pdf](http://moe.org.co/home/doc/moe_mre/CD/PDF/cauca.pdf)>. Acesso em: 10 nov.2016.

PEÑARANDA SUPELANO, Daniel Ricardo. Las guerras de los años ochenta y la resistencia contra los actores armados. In:\_\_\_\_\_. (Org.). **Nuestra vida ha sido nuestra lucha: resistencia y memoria en el Cauca indígena**. Bogotá: Centro de Memória Histórica., 2012. p. 167-202. Disponível em: <<https://www.centrodememoriahistorica.gov.co/descargas/informes2012/cauca.pdf>>. Acesso em: 10 nov.2016.

PULIDO, Alejandro. Colombia: multinacionales y conflictos. **Revista Pueblos**, Madrid/ES, n.40, p. 31-33, dez/. 2009. Disponível em: <<http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article1795>>. Acesso em: 15 nov.2016.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A latinidade do conceito de América Latina. **Revista Geographia**, Rio de Janeiro, v.14, n.17, pp.46-72, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/520/338>>. Acesso em: 01 ago. 2016

QUIJANO, Aníbal. El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina. **Revista Tareas**, Panamá, n. 119, p. 31-62. jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/tar119/quijano.rtf>>. Acesso em: 12 out.2016.

\_\_\_\_\_. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**, Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RAMÍREZ, Uva Falla; PLAZAS, Yuri Chávez; BELTRÁN, Gladys Molano. Desplazamiento forzado en Colombia: análisis documental e informe de investigación en la Unidade de Atención Integral al Desplazado (UAID) – Bogotá. **Tabula Rasa**, Bogotá, n.1, pp. 221-236, 2003. Disponível em: <<http://www.revistatabularasa.org/numero-1/Ufalla.pdf>>. Acesso em: 14 nov.2016.

RANGEL, Alfredo. Las FARC-EP: una mirada actual. In: DEAS, Malcolm; LLORENTE, Victoria (Orgs.). **Reconocer la guerra para construir la paz**. Bogotá: CEREC, 1999.630p.

RENDÓN, Juan Carlos Vélez. Prácticas hegemónicas y resistencias cotidianas. Una perspectiva para estudiar la formación del Estado en Colombia. **Estudios Políticos**, Medellín/CO, n.25, p. 89-111. jul./dez. 2004. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5263738.pdf>>. Acesso em: 16 nov.2016.

ROCHA, José Milton. O local e o global: conceitos e tendências do ciberjornalismo em Dourados. **Rev. Comunicação e Mercado**, Dourados/MS, v. 03, n. 08, p. 153-164, jul-dez. / 2014. Disponível em: <<http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/8/12.pd>>. Acesso em: 16 ov.2016.

RICO, Alen Felipe Castaño. **La minga de resistencia social y comunitaria construcción de un proyecto de movilización popular bajo lógicas de articulación intersectoriales.** 2013. 113f. Trabajo de grado (Grado en Antropología) - Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad ICESI, Santiago de Cali, 2013. Disponível em:

<[https://repository.icesi.edu.co/biblioteca\\_digital/bitstream/10906/76521/1/minga\\_resistencia\\_social.pdf](https://repository.icesi.edu.co/biblioteca_digital/bitstream/10906/76521/1/minga_resistencia_social.pdf)>. Acesso em: 08 nov.2016.

SANTOS, Francielly. **Plano Colômbia: a influência dos Estados Unidos da América no combate ao narcotráfico na América Latina.** 2013. 104f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul.2013.

Disponível em:

<<http://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/540/1/Francielly%20Santos.pdf>>.

Acesso em: 29 out.2016.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Rev. Bras. Polít. Int.**, Brasília, v. 53, n. 1, jul./ p. 67-88, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n1/a04v53n1.pdf>>.

Acesso em: 20 nov.2016.

SEGATO, Rita Laura. Los cauces profundos de la raza latinoamericana: una relectura del mestizaje: crítica y emancipación. **Revista latinoamericana Ciencias Sociales,** Manizales/CO, ano 2, v.3, n.3, 2010. Disponível em:

<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/viewFile/166/151>>. Acesso em: 04 nov.

SUBGERENCIA CULTURAL DEL BANCO DE LA REPÚBLICA. (2015). *Cabildo abierto.* Disponível em:

<[http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/politica/cabildo\\_abierto](http://www.banrepcultural.org/blaavirtual/ayudadetareas/politica/cabildo_abierto)>.

Acesso em: 30 out.2016.

VERDAD ABIERTA. **Mujeres víctimas de la masacre del Naya.** 2013. Disponível em:

<<http://www.verdadabierta.com/masacres-seccion/5031-mujeres-victimas-de-la-masacre-del-naya>>. Acesso em: 04 nov.2016.

VILLA, William; HOUGHTON, Juan. Violencia política contra los pueblos indígenas en Colombia (1974-2004). Santafé de Bogotá: IWGIA, 2004. 460 p. Disponível em:

<[http://www.iwgia.org/iwgia\\_files\\_publications\\_files/0326\\_ViolenciaColombia.pdf](http://www.iwgia.org/iwgia_files_publications_files/0326_ViolenciaColombia.pdf)>. Acesso em: 22 nov.2016.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação: a observação.** Brasília: Plano, 2007. 108p.